

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NÃO-FORMAL

ÓRGÃOS PROMOTORES:

Ministério da Educação e Cultura - MEC

Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL

ÓRGÃOS EXECUTORES:

Universidade Santa Úrsula (USU) - Centro de Educação

Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL/
Departamento de Programas de Educação e Desenvolvimento
Cultural - DEPEC

LOCAL DE REALIZAÇÃO:

Universidade Santa Úrsula

Rua Fernando Ferrari, 75

Setembro/82

I. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

A proposta de realização de um curso na área de Educação Básica Não-Formal tem por objetivo contribuir para a especialização de pessoal engajado nesta área.

Atualmente, a formação destes multiplicadores faz-se sobremodo necessária, quer na formulação de políticas educacionais em países do Terceiro Mundo, quer pela sociedade civil, ao encaminharem propostas educativas através de suas próprias instituições.

Essa opção, tão nítida pela Educação Não-Formal, parece decorrer do reconhecimento de que tais sistemas educativos colocam-se como alternativas mais eficazes às necessidades de desenvolvimento sócio-político-econômicas e culturais da população de baixa renda, que a maioria nesses países. Isso porque a prática educativa, que a concepção da Educação Não-Formal viabiliza, apresenta características de flexibilidade, descentralização e economicidade que potencializam os recursos locais, respondendo concretamente às necessidades de vida e trabalho dessa população, quer no meio rural, quer nas periferias urbanas.

A população de baixa renda é aquela que sobrevive em nossas zonas marginalizadas, sujeita a mecanismos de opressão sócio-econômico-políticos e culturais, dando-lhe uma sensação de impotência e de incapacidade de mudar alguma coisa. Essa população acha-se também sujeita às estruturas impessoais de sociedades que não podem oferecer-lhe empregos suficientes, que a aprisionam dentro da falta de salário ou de salário baixo, que a estigmatizam por ser analfabeta, por não ter qualificação alguma nem documento que lhe garantam a existência e seu reconhecimento social.

Assim, as propostas educativas junto a essa população, se desenvolvidas no marco teórico-metodológico de Educação Não-Formal, devem estar comprometidas com uma pedagogia participativa, capaz de propiciar o surgimento de uma consciência crítica nessa população, de modo que ela possa sair de seu silêncio, encontrar sua própria voz, convertendo-se em sujeito consciente e capaz de conviver melhor com a sua realidade e, de um modo ativo, tentar mudanças nas suas condições de vida.

Nesse sentido o processo sócio-educativo vale-se de metodologias e técnicas pedagógicas objetivando desenvolver: modos de auto-expressão das pessoas quanto a seus problemas, necessidades e aspirações, de fortalecer suas próprias formas de grupalização, buscando alternativas de participação, de ação conjunta para a solução de seus problemas através do diálogo e reflexão, desenvolvendo modos de autodeterminação na administração de suas propostas.

Como consequência, as propostas educativas nas áreas de educação, saúde, higiene, trabalho e lazer que vierem a ser feitas devem ser desenvolvidas de modo flexível e descentralizado, permitindo, assim, que a própria população as integre e as modifique, dando-lhes continuidade em função de suas próprias necessidades e interesses.

Na busca de uma congruência com os referenciais teóricos e metodológicos que devem embasar as práticas educativas no campo da Educação Não-Formal, o curso se orientará também por princípios que regem uma pedagogia participativa, considerando o aluno o agente de seu processo educativo e o professor, o agente facilitador desse mesmo processo. Nesse sentido é que o aluno e o professor são chamados a participar de uma tarefa cooperativa na qual, a partir das linhas mestras do planejamento do curso, cheguem a estabelecer os seus próprios objetivos, considerando seus interesses e necessidades profissionais.

Pela natureza mesma do tipo de intervenção educativa que se propõe na educação não-formal, a prática concreta dos participantes deverá ser, necessariamente, o ponto de partida e o de chegada do curso. O foco que orienta a concepção do curso não se define pela preocupação academicista; ao contrário, têm-se como direção básica a própria ação, o trabalho e as experiências dos participantes. O compromisso, neste sentido, não é com um conjunto de disciplinas logicamente estruturadas, mas com uma realidade concreta sobre a qual os participantes atuam. As análises que irão efetivar-se, a partir da realidade de trabalho dos participantes, sob os diferentes enfoques das ciências humanas e sociais, servirão de mediação para um aprofundamento da compreensão desta realidade.

O ponto de partida será, então, a própria experiência dos participantes do curso, organizada, inicialmente, de acordo com a percepção pessoal em forma de um projeto de trabalho que servirá tanto para a seleção dos participantes, quanto e especialmente para a programação dos trabalhos. Neste sentido, a proposta de trabalho deverá revelar, além de um dimensionamento e qualificação da sua ação, os seus interesses, expectativas e necessidades.

Esses projetos, a serem estudados e analisados pela equipe de professores e alunos, constituem-se na primeira etapa de atividade do curso e serão discutidos em forma de Seminários Introdutórios.

Outro aspecto que delinea a concepção do trabalho a ser efetivado é que se terá como postura explícita o entendimento da prática educativa, formal ou não-formal, como uma prática que se efetiva no conjunto das práticas culturais, sociais, econômicas, políticas etc. de uma determinada realidade. Sua compreensão e intervenção efetiva implicam o entendimento de como estas práticas se inter-relacionam e se condicionam.

A participação efetiva dos profissionais (alunos, professores e Coordenação) que fazem parte do programa será decisiva para que

o trabalho se reflita sobre fatos concretos e não sobre abstrações. Certamente haverá aspectos mais globais que se aplicam às diferentes realidades ou mesmo uma instrumentação teórica de caráter comum a todos, mas deverão ser levadas em conta também as especificidades de cada região de origem dos participantes. Isso somente é possível na medida em que os próprios agentes das diferentes experiências tenham como explicitar sua realidade. Nessa perspectiva, os diferentes conteúdos a serem discutidos servirão como uma mediação teórica e técnico-científica para aprofundar a compreensão da realidade onde cada participante atua e, em função desse aprofundamento, programar novas ações, novas estratégias etc. A rigor, o curso teria como desenho conceptual o movimento mesmo da investigação do real.

A partir da experiência imediata — o real empírico —, no limite da compreensão dos agentes, é que se constitui o ponto de partida no processo de construção do conhecimento. A reflexão, a teoria, o instrumental metodológico se constituirão na mediação problematizadora para a construção de um real entendido na sua complexidade. Não mais um real no limite de nossas impressões primeiras, mas um concreto aprendido nas suas múltiplas determinações.

O ponto de chegada do curso será, então, uma reestruturação do projeto inicial, reprogramando as atividades de cada participante, tendo como meta fundamental uma intervenção mais efetiva, cultural, educacional, política, social etc., nas diferentes realidades de origem.

Desse modo, as experiências, vivências e conhecimentos de natureza técnico-científica dos alunos e professores irão integrar-se, de fato, ao corpo teórico-prático do curso, para o dimensionamento não apenas do seu conteúdo como também para a construção da própria prática educativa, a qual será, pois, orientada por princípios participativos, quer no processo de construção do conhecimento, quer no próprio modo de conduzir, administrar e avaliar este processo.

Acreditamos que a vivência de situação de co-gestão pedagógica deverá permitir que dentro dos limites institucionais do curso seus participantes possam, gradativamente, encontrar e desenvolver suas próprias instituições internas; instituindo, assim, de fato, o Curso de Educação Básica Não-Formal.

II. EMENTAS

O caráter específico do Curso de Especialização na Área de Educação Básica Não-Formal, cujo escopo se delineia sob a óptica da participação e da interdisciplinaridade, enseja um tipo de ementário um pouco diverso de um curso convencional. O ementário apenas capta as grandes diretrizes que balizam os conteúdos programáticos do curso, que deverão ser elaborados e reelaborados no processo mesmo do curso.

1. Seminários Introdutórios

Análise crítica dos referenciais teóricos e metodológicos que embasam a concepção do Curso de Educação Básica Não-Formal no marco teórico de uma Pedagogia Participativa

Análise crítica das propostas dos alunos e propostas da equipe de professores docentes quanto aos temas e atividades a serem desenvolvidos durante o curso.

Atividades programadas: trabalho de grupo e/ou individual com a participação da equipe coordenadora do curso e a equipe de articulação com os seguintes objetivos:

- subsidiar a estruturação das propostas e projetos de trabalho a serem desenvolvidos durante o curso, bem como o modo de administrá-los;
- definir os modos e momentos de avaliação e os mecanismos de retroalimentação do curso no marco teórico de Avaliação Participativa.

Discussão da proposta do trabalho em campo

Análise das instituições que desenvolvem programas e projetos de Educação Básica Não-Formal junto à população de baixa renda.

Análise e discussão de referenciais da realidade da América Latina e Brasil em suas dimensões econômico-sócio-cultural-políticas e educacionais

Atividades programadas: trabalho de grupo e/ou individual por área de interesse com a participação da equipe coordenadora e professores do curso com os seguintes objetivos:

- subsidiar o processo de elaboração de propostas e projetos de trabalho a serem desenvolvidos durante o curso;
- vivenciar momentos de avaliação participativa e de retroalimentação do curso.

Análise crítica de referenciais de uma metodologia de avaliação e pesquisa científica no marco teórico da pesquisa e avaliação participativa

Atividades programadas: trabalho de grupo e/ou individual, com a participação da equipe de coordenação e professores docentes com os seguintes objetivos:

- subsidiar a observação da realidade a ser realizada durante os trabalhos de campo, bem como os processos de avaliação participativa e retroalimentação durante o curso.

Atividades programadas: abertura de um espaço educativo para que alunos, equipe de coordenação e professores docentes possam apresentar propostas para possíveis redefinições do curso quanto ao seu conteúdo e sua dinâmica.

2. Análise da População-Alvo nas Propostas de Educação Básica Não-Formal

Realização de seminários que tenham como foco de análise a especialidade da população de baixa renda com o objetivo de problematizar a prática educativa dos alunos em Programas de Educação Básica Não-Formal.

Subsídios teóricos e técnicos de âmbito filosófico, cultural, sócio-econômico, político e psicossocial desenvolvidos pela equipe de professores docentes e especialistas.

Trabalho de campo: trabalho de campo tendo como referencial de análise o estudo e observação da população que participa de programas/projetos de Educação Básica Não-Formal.

Atividades programadas: trabalhos de grupo e/ou individual com a participação da equipe de coordenação e professores docentes com o objetivo de subsidiar o aprofundamento das propostas e projetos dos participantes do curso, bem como para a avaliação, participativa e retroalimentação do núcleo integrador.

3. Análise do Agente Externo e Interno que Participa nos Programas de Educação Básica Não-Formal

Realização de seminários a partir da problematização de uma prática educativa dos alunos no campo da capacitação de recursos humanos em programas de Educação Básica Não-Formal.

Referenciais teóricos e metodológicos para uma ação pedagógica participativa.

Trabalho de campo tendo como referencial de análise a observação dos modos de atuação dos agentes internos e externos junto à população-alvo.

Atividades programadas: trabalho de grupo e/ou individual com

a participação da equipe de coordenação e professores docentes com o objetivo de subsidiar o aprofundamento dos projetos e propostas dos participantes do curso, bem como para a avaliação participativa e retroalimentação do núcleo integrador.

4. Análise de Programas e Projetos de Educação Básica Não-Formal, Enquanto Processo de Intervenção Educativa na Realidade

Realização de seminários a partir da problematização de uma prática dos alunos enquanto participantes de programas/projetos de Educação Básica Não-Formal.

Subsídios teóricos e técnicos de âmbito filosófico, cultural, sócio-econômico, político e ideológico com ênfase nas áreas de planejamento, avaliação, supervisão, assessoramento e administração de Educação Básica Não-Formal.

Trabalho de campo, tendo por referencial o estudo e a observação de programas e projetos de Educação Básica Não-Formal à luz de referenciais de planejamento, avaliação, supervisão e administração de programas.

Atividades programadas: trabalho de grupo e/ou individual com a participação da equipe de coordenação e professores docentes com o objetivo de subsidiar o aprofundamento das propostas e projetos dos participantes do curso, bem como para a avaliação participativa e retroalimentação do núcleo integrador.

5. Elaboração Final dos Projetos Desenvolvidos pelos Alunos Durante o Curso com a Participação dos Professores Docentes para Fins de Orientação

6. Abertura de um Espaço Educativo para a Avaliação dos Resultados da Concepção e Estrutura do Curso, Elaborados a Partir de Referenciais de uma Pedagogia Participativa à Luz da Própria Prática Educativa Vivenciada pelos Seus Participantes: Alunos e Professores Docentes

III. OBJETIVOS

Geral:

Especializar pessoal envolvido na concepção, planejamento e implementação de programas e atividades educativas de caráter não-formal voltados para o atingimento da prioridade da Educação Básica Não-Formal, fornecendo condições para um conhecimento teórico-prático sobre esta área, numa perspectiva de educação permanente.

Específicos:

Contribuir para a formação de pessoal qualificado necessário ao desenvolvimento de programas e atividades de Educação Básica Não-Formal nas áreas do pré-escolar, supletivo e desenvolvimento cultural;

fomentar a inclusão da área de Educação Básica Não-Formal nos currículos universitários;

promover o intercâmbio de experiências e informações, através da preparação de técnicos estrangeiros visando a uma maior sistematização e aperfeiçoamento dos postulados relativos à Educação Básica Não-Formal;

contribuir para o estabelecimento de uma rede de cooperação técnica entre países com problemas similares, em especial da região latino-americana, em conformidade com as recomendações relativas ao projeto principal da UNESCO.

IV. CLIENTELA

O curso será oferecido a 25 (vinte e cinco) profissionais brasileiros e a 10 (dez) estrangeiros oriundos de países latino-americanos, com titulação universitária, que atuem na área de Educação Básica Não-Formal.

V. UNIDADES DE ESTUDO

	HORAS		DATAS
	PAG	TOT	
1. <u>SEMINÁRIOS INTRODUTÓRIOS(10 créditos)</u>			01/03 a 07/04
. Fundamentos Teóricos e Metodológicos de uma Pedagogia Participativa (FTM)		40	02 e 03/03 - 14 a 18/03
. Fundamentos Teóricos da Educação Básica Não-Formal (FTE)	15	30	03 a 15/03
. Fundamentos Metodológicos da Educação Básica Não-Formal (FME)	15	30	03 a 15/03
. Discussão da Proposta de Trabalho de Campo (TC)		12	18 e 21/03
. Análise Sócio-Política Econômica e Educacional da Realidade da América Latina e Brasil (ARALB)	16	32	22 a 25/03
. Metodologia Científica de Pesquisa (MCP)	15	30	28/03 a 07/04
. Metodologia de Avaliação Participativa (MAP)	15	30	28/03 a 07/04
2. <u>ANÁLISE DA POPULAÇÃO-ALVO NAS PROPOSTAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NÃO-FORMAL (12 créditos)</u>			07/04 a 10/05
. Filosofia da Educação (FE)	15	30	07 a 25/04
. Antropologia da Educação (AE)	15	30	07 a 25/04
. Economia da Educação (EE)	15	30	25/04 a 04/05
. Sociologia da Educação (SE)	15	30	14/04 a 04/05

. Ciência Política e Educação (PE)	15	30	05 a 11/05
. Psicologia Social (PS)	15	30	19/04 a 10/05
3. <u>ANÁLISE DO AGENTE EXTERNO E INTERNO QUE PARTICIPA DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NÃO-FORMAL</u> (12 créditos)			12/05 a 15/06
. Teoria da Educação Básica Não-Formal (TEBNF)	30	60	12/05 a 08/06
. Metodologia da Educação Básica Não-Formal (MEBNF)	30	60	12/05 a 08/06
. Análise de Práticas Educativas da Educação Básica Não-Formal (APE)	30	60	01 a 15/06
4. <u>ANÁLISE DE PROGRAMAS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NÃO-FORMAL ENQUANTO PROCESSO DE INTERVENÇÃO EDUCATIVA NA REALIDADE</u> (12 créditos)			15/06 a 15/07
. Planejamento e Administração de Programas (PAP)	15	30	15 a 24/06
. Supervisão, Avaliação, Acompanhamento e Assessoramento (SAP)	30	60	17/06 a 01/07
. Formação de Recursos Humanos (FRH)	15	30	29/06 a 06/07
. Estudos de Caso (EC)	30	60	06/07 a 15/07
5. <u>ELABORAÇÃO FINAL DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELOS ALUNOS DURANTE O CURSO</u>		150	18/07 a 11/08
6. <u>AVALIAÇÃO FINAL</u>		40	12 a 22/08

VI. METODOLOGIA A SER ADOTADA

Dotado de uma estrutura flexível e participativa, o planejamento curricular propõe-se a analisar criticamente fenômenos e processos que ocorrem dentro de uma proposta de Educação Básica Não-Formal, estudando-os na complexidade com que ocorrem no real e trazendo-os de forma integrada em unidades curriculares para este estudo, dentro de uma visão de interdisciplinaridade.

O curso será desenvolvido por meio de aulas expositivas, palestras, painéis, trabalhos de grupo, seminários e atividades de linha eminentemente prática, tais como visitas e observações de campo, elaboração de uma monografia em forma de projeto ou programa de ação.

VII. DATA DE INÍCIO E TÉRMINO DO CURSO, CARGA HORÁRIA GLOBAL, HORÁRIO SEMANAL DE AULA DISTRIBUÍDO POR PROFESSOR/DISCIPLINA, LOCAL

1. Início e término do curso

O curso, que totalizará 121 dias/aula, terá início em 01 de março de 1983, prevendo-se uma abertura com a presença de representantes das instituições patrocinadoras e executoras, e seu término está previsto para 22 de agosto de 1983.

2. Carga Horária Global

O curso terá uma carga horária global de 934, sendo distribuída em aulas, atividades programadas, trabalho de campo e avaliação.

3. Horário semanal de aula distribuído por professor/disciplina

O curso se desenvolverá em regime de tempo integral, estando previstos trabalhos conjuntos de sala de aula, em todas as tardes, e atividades programadas e trabalhos de campo pela manhã. Além dos professores especialistas nas diferentes áreas de estudo o curso contará com uma equipe formada pela sua coordenação e outros professores por núcleo, que acompanharão o curso em todo o seu processo. Quanto à carga horária semanal por professor vide item V - UNIDADES DE ESTUDO.

VIII. PERÍODO DE INSCRIÇÃO

O período de inscrição para o curso será de 15/10 a 30/11/82.

IX. SELEÇÃO E ADMISSÃO: CRITÉRIOS

A seleção dos candidatos tem como pré-requisitos básicos:

- diploma universitário (graduação);
- esteja engajado ou tenha experiência comprovada em educação básica não-formal.

Além desses critérios será utilizada como instrumento de seleção a análise da proposta de projeto do candidato.

A seleção dos candidatos será efetivada por uma comissão especialmente criada.

X. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem a ser realizada pelo corpo docente e discente dar-se-á ao longo do curso numa perspectiva participativa.

Em vista disso, serão estimulados os processos de auto-avaliação pelos quais, ao exercitarem sua capacidade de crítica e reflexão, os participantes julgarão seus conhecimentos, habilidades e sobretudo atitudes.

A avaliação, entendida então como um processo crítico e autocrítico participativo, terá como parâmetros permanentes o aprofundamento dos problemas analisados buscando a superação das visões pseudoconcretas. A postura crítica é aqui entendida como sendo o esforço de negação das falsas visões e uma elaboração de novas propostas. Serão sobremaneira considerados o espírito de colaboração com os colegas, a participação e a responsabilidade com o trabalho.

XI. CONDIÇÕES PARA APROVAÇÃO E RECEBIMENTO DO CERTIFICADO

São condições para a aprovação e recebimento do certificado:

- participação global de, pelo menos, 85% das atividades do curso;
- elaboração e aprovação de uma monografia final em forma de projeto para a ação;
- obter, em todas as disciplinas, uma média mínima igual a 7.

XII. TAXAS: NÚMERO DE PARCELAS E PERÍODO DURANTE O QUAL DEVE SER EFETIVADO O PAGAMENTO

O curso é totalmente financiado. Cada participante, no ato da inscrição, pagará apenas Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros), que servirão para despesas de pronto pagamento durante o curso.

OBS.: Financeiramente, o curso será integralmente administrado pelo MOBRAL, não havendo, neste aspecto, ônus para a USU.

XIII. RECURSOS HUMANOS

1 - Coordenação

O curso será coordenado por uma equipe composta de dois professores da USU e dois do MOBRAL, a saber:

- Anne-Marie Milon Oliveira (MOBRAL);
- Eulina Fontoura de Carvalho (USU);
- Gaudêncio Frigotto (USU);
- Maria Pellegrini (MOBRAL).

A Coordenação contará, ainda, com a colaboração de José Maria Fernandes Moreira (MOBRAL/ARINT).

A Coordenação terá como função permanente articular o processo na sua globalidade, garantindo não só uma prática efetivamente participativa, como também os modos de integração entre as propostas dos participantes (docentes e alunos) e entre os módulos que compõem o curso.

2 - Corpo Docente

Equipe básica:

Antonio Olinto Pegoraro
Candido Grzybowski
Carlos Menaio
Carlos Plastino
Carlos Rodrigues Brandão
Elter Dias Maciel
Gaudêncio Frigotto
Helena Lewin
Juan Diaz Bordenave
Manoel de Jesus A. Soares
Maria Julieta Costa Calazans
Osmar Fãvero
Pedro Benjamin Garcia
Tania Dauster
Victor Valla

Estão previstos ainda conferencistas a serem convidados em função das necessidades do curso a partir de indicações da Coordenação do curso, docentes e UNESCO.

3 - Pessoal Administrativo

1 secretário
1 datilógrafo
1 auxiliar de apoio logístico

XIV. RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS

Os recursos físicos necessários serão duas salas de aula durante o período do curso, das 8h30min às 18h, sala para serviço de secretaria, biblioteca, reprografia etc. Quanto aos recursos materiais, serão providenciados pelo MOBRL, que administra financeiramente o curso.

XV. ORÇAMENTO DETALHADO

Considerando-se que o curso é financeiramente administrado pelo MOBRAL, não havendo por parte da USU nenhum comprometimento com pessoal, até mesmo dos seus docentes que coordenam o curso, esse detalhamento não faz sentido, uma vez que seguirá as normas internas do MOBRAL.

Relatório das atividades desenvolvidas durante a fase preparatória do Curso de Especialização Universitária em Educação Básica Não-Formal

Período - fevereiro de 1982 a março de 1983

1. O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DO CURSO

Com a designação, pela então Secretária-Executiva da Fundação MOBRAL, de um grupo de coordenação para o Curso de Especialização Universitária em Educação Básica Não-Formal, através da Portaria nº 205, de 26/02/1982, deu-se início ao processo de estruturação do referido Curso, consolidada pela celebração de convênio entre o MOBRAL e a Universidade Santa Úrsula (USU) e, posteriormente, entre o MOBRAL/MRE/SUBIN, estando, ainda, para ser efetuado um convênio entre o MOBRAL e a CAPES, a partir de uma carta de aprovação pela CAPES, que se compromete a fornecer 10 bolsas para estudantes brasileiros residentes em outras Unidades da Federação (ver anexos).

O envolvimento de organismos nacionais e internacionais, bem como a abertura para a participação de alunos, docentes e conferencistas brasileiros e estrangeiros dão ao curso uma abrangência que legitima e reforça não apenas os esforços envidados pelo Ministério da Educação e Cultura — com vistas à concretização da sua prioridade pela educação básica —, como também o trabalho desenvolvido pelo MOBRAL, que ao longo desses anos vem orientando sua prática educativa junto à população de baixa renda, através de modalidades não-formais de educação.

Vale, também, observar que os princípios de educação básica não-formal, preconizados pelo MEC, estão subjacentes na maioria das propostas elaboradas, com o mesmo intuito, por grande número de países em desenvolvimento e, particularmente, aqueles da América Latina onde existe um consenso quanto à prioridade e urgência de implementar ações nesse sentido. A aprovação unânime, por ocasião da última sessão da Conferência Geral da UNESCO em Quito, do Projeto Principal para a Educação na América Latina e Caribe vem corroborar tal afirmativa e dá validade à proposta do Curso.

2. A ELABORAÇÃO DO PROJETO

O projeto para o Curso foi elaborado pela equipe de coordenação, constituída por dois elementos do MOBRAL e dois da USU.

No projeto em questão (ver anexo) foram definidos os objetivos do Curso, no marco teórico e metodológico de uma pedagogia participativa e explicitada em suas grandes linhas: a programação curricular; a proposta metodológica; as datas de início e término do Curso;

a carga horária; o período de inscrição; os critérios de seleção e admissão; o sistema de avaliação e as condições para aprovação e recebimento do certificado. Nesse documento encontra-se, também, a primeira projeção de recursos humanos, físicos e financeiros a serem alocados, bem como a primeira definição da equipe básica de docentes.

Uma vez elaborado, o projeto foi encaminhado às instâncias superiores do MOBRAL, USU, MEC/SUBIN e Itamarati para aprovação.

3. PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DO CURSO

O processo de divulgação foi extremamente prejudicado pela demora do Itamarati em aprovar o projeto.

No organograma inicial do Curso, baseado na experiência anterior do Curso de Educação de Adultos — MOBRAL/UERJ, previa-se:

- celebração do convênio: SUBIN/MRE/MEC/MOBRAL - julho de 1982;
- divulgação do Curso: agosto/setembro de 1982.

Com o atraso sofrido — praticamente de 5 meses —, a divulgação só pôde ser iniciada em janeiro de 1983, trazendo, como consequência imediata, um grande encurtamento de tempo entre a divulgação e o início do Curso, previsto para 01/03/83. Por este motivo, a equipe de coordenação houve por bem propor o seu adiamento para 04/04/83.

Mesmo tendo sido adiado por um mês, o processo de divulgação foi bastante prejudicado, devido aos seguintes fatores:

- época de férias para as instituições de ensino;
- época de transição política e administrativa, dificultando decisões sobre a escolha e a liberação dos técnicos;
- época de mudança da estrutura administrativa no MOBRAL;
- conjuntura sócio-econômica da crise vivida pela América Latina, levando a contenções de despesas por parte das instituições e por parte dos técnicos, com o receio de se ausentarem das suas funções.

Assim, apesar da divulgação ter sido realizada, oficialmente, pelo MOBRAL/ARINT junto a 150 instituições latino-americanas e 187 instituições a nível nacional, e, de modo informal, pela equipe de coordenação do Curso, professores e técnicos do MOBRAL Central e Coordenações, o índice de respostas obtidas foi bem menor do que seria desejável, tendo sido alcançados os seguintes resultados:

- a nível de América Latina: 8 respostas com 8 candidaturas, atingindo um índice de 4%;
- a nível nacional: 13 candidaturas de instituições afora o MOBRAL, atingindo um índice de 6%;

- MOBRAL: divulgação realizada a nível de MOBRAL Central, Coordenações e COMET, com 17 candidaturas (anexo).

4. CRITÉRIOS PARA INSCRIÇÃO

Os critérios de inscrição, de certa forma, constituíram-se num primeiro mecanismo de seleção dos candidatos. Para a inscrição ao curso, os candidatos enviaram:

- a) curriculum vitae contendo informações sobre formação acadêmica e experiência profissional. A exigência preliminar, para candidatar-se, foi a conclusão do curso superior e a experiência comprovada no campo de educação básica não-formal;
- b) atestado de saúde física e mental;
- c) declaração oficial da instituição de origem do candidato, indicando seu interesse e liberando-o para frequentar o Curso;
- d) análise do projeto do Curso e redação de uma proposta de projeto de trabalho que refletisse as principais preocupações profissionais, tendo como parâmetro a concepção do próprio Curso.

Com o adiamento do início do Curso para 04/04/83, a data limite para o encerramento das inscrições foi prorrogada, passando de 11/02/83 para 15/03/83. Dessa forma, em 15/03 era a seguinte a posição do Curso quanto ao número e procedência dos candidatos inscritos:

- total de candidatos inscritos: 35, sendo 8 candidatos procedentes de outros países da América Latina e 27 do Brasil — 6 do Rio de Janeiro e 21 das demais Unidades da Federação (ver anexo).

5. NÚMERO DE VAGAS

O Curso ofereceu 30 vagas, distribuídas segundo critérios de natureza institucional e regional:

- candidatos procedentes da América Latina: 10 vagas;
- candidatos procedentes das Unidades da Federação brasileira: 10 vagas, condicionadas pelo número de bolsas oferecidas pela CAPES e complementadas pelo MOBRAL, em número de 10;
- candidatos do Rio de Janeiro: a coordenação do Curso decidiu ampliar o número de vagas, para o Rio de Janeiro, de 10 para 15, tendo em vista que esta ampliação não implicaria custos adicionais para o MOBRAL. Por outro lado, o fato de não haver necessidade de trâmites especiais, por parte dos candidatos, tais como: providenciar o envio de documentos e os deslocamentos, protelou-se também o prazo de inscrição neste Estado. Assim, o processo de seleção dos candidatos, no Rio de Janeiro, deverá se estender até 25/03.

6. PROCESSO DE SELEÇÃO

A seleção dos candidatos foi efetivada pela equipe de coordenação do Curso.

Para a classificação foram considerados os seguintes critérios:

- a) análise do curriculum vitae – até 30 pontos;
- b) análise da experiência profissional – até 30 pontos;
- c) análise da proposta de projeto de trabalho no Curso – até 40 pontos.

Cada membro da equipe de seleção analisou o conjunto dos processos remetidos, atribuindo nota para cada item. Após o exame individual dos candidatos, a equipe reuniu-se para o confronto de cada caso, chegando a uma classificação final dos aprovados.

Levando em conta o critério de distribuição regional e institucional, a partir dos itens estabelecidos, chegou-se aos resultados em anexo.

7. REDIMENSIONAMENTO DO CUSTO OPERACIONAL DO CURSO

Frente ao processo de contenção de despesas na Fundação MOBRAL, a coordenação do Curso reanalisou o orçamento inicial, antes dimensionado em Cr\$ 18.032.000,00, logrando uma redução de custos no valor de Cr\$ 2.007.000,00, passando as despesas em espécie, para o MOBRAL, de Cr\$ 18.032.000,00 para Cr\$ 16.025.000,00 (ver anexo).

8. APROFUNDAMENTO DO PLANEJAMENTO CURRICULAR

Uma vez aprovado o projeto do Curso, a equipe de coordenação vem desenvolvendo, de modo mais sistemático, contatos com a equipe básica de docentes. As reuniões têm por objetivo criar condições efetivas para desenvolver, junto com os professores, análises críticas da proposta do Curso, pedindo sugestões e buscando modos mais eficazes para a viabilização da interdisciplinaridade de integração entre os núcleos contidos no Planejamento Curricular para o Curso.

Como primeiros resultados dessas reuniões que deverão ter continuidade durante todo o Curso, foram elaboradas as ementas, bem como indicada a bibliografia básica e o texto-base para cada disciplina.

Considerando a proposta participativa, orientadora da prática educativa do Curso, tais ementas serão passíveis de modificações e/ou aprofundamento, a partir do conhecimento, pelos professores, da proposta individual de cada aluno para o Curso (ver anexo).

9. PROCESSOS MULTIPLICADORES DO CURSO

Considerando o alto investimento do Curso para um grupo relativamente pequeno de participantes, com um custo aproximado, por aluno, de Cr\$ 458.000,00, e o significado dos conteúdos teóricos e metodológicos que deverão ser trabalhados, a equipe de coordenação propõe-se a desenvolver as seguintes estratégias que permitam ampliar o efeito multiplicador em relação ao MOBRAL Central, Coordenações e Universidade Santa Ursula:

- a) abertura no Curso para 5 ouvintes selecionados entre os alunos da Universidade e técnicos do MOBRAL Central;
- b) abertura para a participação de técnicos do MOBRAL Central, docentes e alunos do Centro de Educação da USU em conferências e seminários;
- c) criação de mecanismos que permitam multiplicar os conteúdos, trabalhados no Curso, para o corpo técnico do MOBRAL Central e Coordenações, tais como: elaboração de módulos para ensino a distância; envio de textos-base e bibliografia, adotados em cada disciplina; realização, após o término do Curso, de seminários sob a coordenação dos técnicos participantes do curso, residentes nos pólos escolhidos.

Anne-Milon Oliveira

Anne-Marie Milon Oliveira

Eulina Fontoura de Carvalho

Eulina Fontoura

Gaudêncio Frigotto

Gaudêncio Frigotto

Beatriz Argüeso

Maria Beatriz Gomes de Almeida Argüeso

Maria Pellegrini

Maria Pellegrini

RELAÇÃO DE NOMES E ENDEREÇOS DOS ALUNOS QUE PARTICIPARAM DO CURSO/83

ALBA RUBY GARCIA DE TENÓRIO
Centro de Capacitación Popular de Adultos "Alfonso López P."
Cali 72 Cra 7 RS-Bis Apartado 10.006 - Colômbia

ANTONIO MUNARIM
Rua Ercílio Granzotto, 561
88500 - Lages - SC

BENITO VICENTE GARCIA VILLALOBOS
Jirón Horacio Ballón, 271 - Urb. Jacarandá II San Borja
Lima - Peru

CARLOS DARIO BRIONES MEJIA
Edifício Bolívar, Calles Bolívar nº 268 y Venezuela Esquina - 2º Piso
Quito - Equador

CARMEN PERROTTA
Rua Uruguai, 511 aptº 802 - Tijuca
Telefone: 258-5124

ELIZABETH COELHO MARQUES
Rua Nascimento Silva, 543 aptº 101 - Ipanema
Telefone: 259-2726
Trabalho: SESC/DN - Rua Voluntários da Pátria, 169/3º andar
Telefone: 286-5152

ELY SCHULZ PEREIRA
Rua Presidente Carlos de Campos, 115 Bloco 1 aptº 204 - Laranjeiras
Telefone: 245-0197

FÁTIMA BARREIRA
Rua Chapot Presvot, 240 aptº 204 - Praia do Canto - Telefone: 227-5059
29000 - Vitória - ES

FILOMENA EMÍLIA GONÇALVES DA SILVA RAMOS
Rua Maria Judith Lins, 655 - Casa Caiada -
53000 - Olinda - PE

GLÓRIA MARITZA MENDOZA JAENS
Ciudadela 9 de Octubre - Av. 9ª Calle 6ª nº 713
Guayaquil - Equador

GUIOMAR PEREIRA DE ARAÚJO SIQUEIRA
Rua Mota Maia, 46 - Jardim Sulacap
Telefone: 542-2854 (recado) - 359-0298 (recado)

✓ HELENA ALICE GELIO FINAMORE
Rua General Urquiza, 67 aptº 208 - Leblon
Telefone: 274-5117

JACY HUGO
Rua Barão de Tramandaí, 251 aptº 415 - Passo D'Areia -
90000 - Porto Alegre - RS
Telefone: 0512 - 41-9703

✓ JOSÉ LUIZ OLIVEIRA
Rua Pereira da Silva, 586 aptº 904 - Laranjeiras
Telefone: 285-2358

JOSÉ MACHADO DE MATTOS
Residência: Rua Macedo, 141-A - Floresta
Telefone: 442-8721
Trabalho: Rua Albita, 194 - 5º andar
Telefone: 223-9477
30000 - Belo Horizonte - MG

JUANA OILDA ORTEGA VERA DE MOREL
Rua Fulgêncio R. Moreno, 470
Telefone: 93-938
Assunción - Paraguay

✓ LAÉLIA CARMELITA GURGEL PORTELA
Rua Santo Amaro, 180 C-01 - Glória

✓ LINDACI BARROS DE MELO
Rua do Paissandu, 381 Bloco A aptº 1002 - Boa Vista
50000 - Recife - PE

LUIZ ALBERTO MOREIRA
Rua Zuleima Fortes Farias, 255 aptº 4 ou Rua Dr. Deolindo, 191-Cachoeiro do
29200 - Guarapari - ES Itapemirim - ES

MARIA CLAUDIA DO NASCIMENTO
Alameda Sarutaia, 73 aptº 25 - Jardim Paulista
Telefone: 257-8447
01000 - São Paulo - SP

MARIA DA CONCEIÇÃO DAS GRAÇAS SILVÉRIO
Av. Mutirão, 6098 - Setor Oeste
74000 - Goiânia - GO
Telefone: 251-7811

MARIA HELENA CARVALHO GARCIA
Av. Rubens de Arruda Ramos, 634 aptº 402
88000 - Florianópolis - SC

MARIA NEUSA AVENIA MORGANTE
Rua Otávio Tarquínio de Souza, 27
01000 - São Paulo - SP

MARLISE PEREIRA DE SOUZA
Rua Paulo VI, 500 aptº 1901 - Botafogo
Telefone: 551-0439

MELITA CICHOSKI
Rua Frederico Maurer, 2.630 - Boqueirão
Telefone: 276-9054
80000 - Curitiba - PR

RAFAEL RENÉ SANCHEZ SOLÍS
San Pablo de Heredia, 100 - Este de Recope 74 - Heredia
Costa Rica A.C.

RENI MARIA DE OLIVEIRA
Rua C-63 - Quadra 87 - Lote 10 - Setor Sudoeste
Telefone: 251-4351 (Residência)
251-7811 (Trabalho)
74000 - Goiânia - GO

SIMONE ISNARD MONTEIRO DE MARACAJÁ
Travessa Madre Jacinta, 16 aptº 701 - Gávea - CEP 22451
Telefone: 294-3494

TELMA DE SOUZA MORAIS
Avenida 200 nº 427 - Setor Coimbra
Telefone: 233-0511
74000 - Goiânia - GO

COORDENAÇÃO:

ANNE-MARIE MILON OLIVEIRA

Rua Pereira da Silva, 586 aptº 904 - Laranjeiras

Telefone: 285-2358

MARIA BEATRIZ GOMES DE ALMEIDA ARGUESO

Rua Barão de Itambi, 54 aptº 401 - Botafogo

Telefone: 551-4313

MARIA PELLEGRINI

Rua das Laranjeiras, 454 aptº 102 - Laranjeiras

Telefone: 265-8482

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NÃO FORMAL

UNIDADE: Análise de Programas e Projetos de Educação Básica não-formal enquanto processo de intervenção educativa na realidade.

PROGRAMA (Para discussão)

SUBUNIDADE I - Planejamento e Administração de Programas.

SUBUNIDADE II - Formação de Agentes Educativos.

Professora:

Maria Julieta Costa Calazans

II - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- GORZ, A. A Fábrica e a Escola. In: Crítica da divisão do Trabalho. São Paulo. Marcos Pontes, 1980, p.193-203.
- HORTA, José Silverio Bahia. Planejamento Educacional. In: Mendes, Durmeval Trigueiro et alli. Filosofia da Educação Brasileira, Rio de Janeiro, FGV/IESAE, 1979 mimeogr. p. 214-41.
- IANNI, Octávio. Estado e Planejamento econômico no Brasil. 1930-1970. 2a. edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978.
- LE BOTERY, Guy. Formation et autogestion. 1a. parte - Stages de Formation, Cooperation et Autogestion Pedagogiques, Paris, Les Editions ESP. 1974.
- SALM, C. Escola e Trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- SAVIANI, Dermeval. Educação: do Senso Comum à consciência filosófica. (Coleção Edição Contemporânea). São Paulo. Cortez Editora, 1980.
- FURTER, Pierre. Existe a formação extra-escolar? Os problemas dos diagnósticos e dos inventários, in Forum Educacional, Ano I nº 1, Rio de Janeiro, 1977.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NÃO-FORMAL

Professora: Maria Julieta Costa Calazans

UNIDADES DE ESTUDO: Planejamento e Administração de Programas

Planejamento - formas da intervenção, diretrizes, normas, mecanismos que instrumentalizam procedimentos de Políticas do Estado.

Planejamento da Educação - processo setorial no bojo do Planejamento Sócio-Econômico, veiculando: autoritarismo, desenvolvimentismo, modernização, tecnoburocratização, participação. Planejamento face à gestão do processo educativo e à formação de agentes educativos.

UNIDADES DE ESTUDO: Formação de Recursos Humanos

Da qualificação à "utilização" dos recursos humanos. Da cooperação à dominação cultural no processo de formação. A formação na perspectiva da autogestão. Problemas de métodos de formação; problemas de relações pedagógicas na formação, e problemas de instituições formadoras. Formação de agentes educativos como prioridade no planejamento.

I - Questões em torno dos Temas -

Tópicos das Problemáticas: Planejamento - Administração de Programas e Formação, tomados como eixo do estudo.

1. Planejamento e Administração - Serão tratados na perspectiva de: formas de intervenção, diretrizes, normas, mecanismos que instrumentalizam procedimentos de Políticas do Estado; Planejamento da Educação - em decorrência será visto como processo setorial, no bojo do Planejamento Sócio-Econômico. A discussão sobre a ação do planejamento e administração dar-se-á valendo-se de conteúdos de: autoritarismo, desenvolvimentismo, modernização, tecnoburocratização, participação. O Planejamento, face à gestão do processo de educação e à formação de agentes educativos, será o eixo, o ponto central onde esta proposta articulará as duas

unidades da Problemática: Planejamento-Administração e Formação.

2. Formação - Formação de agentes educativos tomará como pontos básicos de trabalho: diferentes perspectivas em formação; cooperação e/ou autogestão pedagógica; formação como intervenção sócio-pedagógica e formação como forma de dependência e dominação cultural; problemas de métodos de formação, problemas de relações pedagógicas na formação e problemas de instituições formadoras. Esta segunda subunidade se articulará com a primeira, fazendo emergir a importância da formação de agentes educativos como um dos prioritários do planejamento e administração de programas.

S U M Á R I O

PÁG.

INTRODUÇÃO	1
I - POR UM PROJETO DE ESTUDO CONJUNTO NA INSTITUIÇÃO	2
1. JUSTIFICATIVA	2
2. OBJETIVOS	4
II - PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL QUE ORIENTA O PROJETO	5
III -DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	14
1. METODOLOGIA	14
2. CONDIÇÕES GERAIS DE REALIZAÇÃO	17
3. CONTEÚDO E INDICAÇÕES METODOLÓGICAS	19
4. AVALIAÇÃO	24
5. CUSTOS	24
6. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	25
IV - BIBLIOGRAFIA	27

INTRODUÇÃO

*"Vamos precisar de todo mundo
Um mais um é sempre mais que dois "*
(O Sal da Terra - Beto Guedes/Ronaldo
Fastos)

4 de abril a 30 de setembro de 1983 — realização de um curso com o objetivo de "especializar pessoal envolvido na concepção, planejamento e implementação de programas e atividades educativas de caráter não-formal voltados para o atingimento da prioridade da Educação Básica Não-Formal, fornecendo condições para um conhecimento teórico-prático sobre esta área, numa perspectiva de educação permanente"(1).

O curso — oportunidade oferecida a nós, técnicos da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), de refletir sobre nossa prática, de aprofundar nossa visão sobre a educação básica não-formal.

Desde a concepção inicial, havia o crédito de que tal curso de especialização implicaria a formação de "multiplicadores", considerada sobremodo necessária a contribuir na formulação de políticas educacionais em países do Terceiro Mundo e no encaminhamento de propostas educativas dentro das próprias instituições, políticas e propostas essas mais pertinentes e relevantes para a população de baixa renda.

Como técnicos beneficiados por essa oportunidade de enriquecimento teórico-prático e imbuídos da importância da formação de "multiplicadores", fazemos de nosso projeto um esforço de compartilhar com colegas de trabalho o conhecimento produzido ao longo desses seis meses de vivência de uma pedagogia participativa, confiando no concurso desse projeto para a continuidade de reflexão sobre a educação básica não-formal, no interior da instituição.

Este Projeto de Estudo Conjunto de Técnicos da Instituição sobre a Prática da Educação Básica Não-Formal consubstancia-se, pois, como uma proposta de contribuição ao desenvolvimento da competência técnica para a (re) construção permanente de propostas educativas do MOBRAL.

(1) Objetivo geral do Curso de Especialização Universitária na Área de Educação Básica Não-Formal - MEC/MOBRAL e USU.

I - POR UM PROJETO DE ESTUDO CONJUNTO NA INSTITUIÇÃO

*Se discordas de mim, tu me enriqueces
 Se és sincero
 e buscas a verdade
 e tentas encontrá-la como podes,
 ganharei
 tendo a honestidade
 e a modéstia
 de completar com o teu meu pensamento,
 de corrigir enganos,
 de aprofundar a visão...*

*Que toda palavra
 nasça
 da ação e da meditação.
 Sem ação
 ou tendência à ação
 ela será apenas teoria
 que se juntará
 ao excesso de teoria
 (...)
 Se ela é apenas ação
 sem meditação
 ela acabará no ativismo
 sem fundamento,
 sem conteúdo,
 sem força...
 (...)*

(O Deserto é Fértil - Dom Helder Câmara)

1 - Justificativa:

A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF, vinculada à Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério de Educação e Cultura - SEPS/MEC, deve envidar todos os esforços para ajudar a concretizar as prioridades maiores do Ministério para o período de 80/85, quais sejam: a Educação Básica e o Desenvolvimento Cultural. Nesse sentido, dentro da Política Social do III PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e do III PSECD (Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos), estabelece-se como prioritário o atendimento às necessidades básicas da população de baixa renda, no meio rural e nas periferias urbanas.

E inegável a experiência educacional em atendimento

à população de baixa renda acumulada pelo MOBRAL ao longo de seus anos de trabalho, pautada na flexibilidade que a condição de Fundação lhe conferiu, com uma infra-estrutura presente em todos os municípios brasileiros. E tal experiência continua a ser solicitada quando o MEC aponta para uma tendência não-formal da educação como resposta às características de cada clientela, em cada meio, no momento em que o objetivo-síntese da política social do Governo é "desenvolver e democratizar a sociedade brasileira". (2)

O MOBRAL está empenhado nesse propósito. Os documentos "Política e Diretrizes para 1984" e "Ação do MOBRAL para 1984" expressam a necessidade de as ações educativas de natureza não-formal serem permanentemente adequadas à realidade, buscando uma crescente participação da população na construção e gestão das propostas educativas.

Tal orientação implica, por parte dos técnicos da instituição, uma constante busca de conhecimento da realidade. Implica, também, uma necessidade de compromisso desses técnicos com a população de baixa renda, colocando sua competência a serviço do fortalecimento das organizações populares, do seu saber e do seu poder. É preciso, ainda, que os técnicos tenham uma visão clara do espaço de realização institucional e da importância do trabalho que o MOBRAL pode desenvolver na atual conjuntura brasileira, articulando-se, inclusive, com outras agências que atuam na área social.

Aqui, a competência técnica passa, necessariamente, pelo aprofundamento de questões relativas à educação não-formal — sua fundamentação teórico-metodológica — e pela reflexão da prática à luz dos referenciais teóricos. É essa revisão coletiva da prática institucional que permite ao corpo técnico avançar em relação ao trabalho já realizado. E sabe-se o quanto é difícil, nas instituições de um modo geral, desenvolver-se uma atuação reflexiva e criativa, quer pela estrutura administrativa hierarquizada, quer pela própria divisão interna de trabalho e, principalmente, pelo afã de ter de realizar, de atingir metas estabelecidas; além do que deve-se, ainda, superar o legado de uma formação educacional não-participativa, não-democrática, que vem empobrecendo sistematicamente o pensamento crítico e a capacidade de inovar.

2 - Objetivos:

O Projeto de Estudo Conjunto de Técnicos da Instituição sobre a Prática da Educação Básica Não-Formal referencia-se no compromisso de oferecer à população de baixa renda um serviço educacional que atenda às suas necessidades, propondo-se a contribuir nesse sentido pelo aprofundamento da competência de grupos de técnicos "multiplicadores", no MOBRAL Central.

Constituem objetivos específicos do Projeto:

- . construir referenciais básicos necessários à análise da prática educativa voltada para a população de baixa renda;
- . aprofundar o conhecimento teórico sobre a educação básica não-formal;
- . refletir criticamente sobre o papel da educação básica não-formal no país;
- . refletir criticamente sobre a prática de educação básica não-formal desenvolvida pelo MOBRAL;
- . gerar oportunidade permanente de reflexão sobre a ação institucional e conseqüente (re) criação de propostas educativas;
- . vivenciar uma experiência de pedagogia participativa, coerente com os princípios metodológicos da educação básica não-formal.

II - PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL QUE ORIENTA O PROJETO

*"Somos muitos Severinos
iguais em tudo na vida:
na mesma cabeça grande
que a custo é que se equilibra,
no mesmo ventre crescido
sobre as mesmas pernas finas,
e iguais também porque o sangue
que usamos tem pouca tinta.
(...)"*

*Somos muitos Severinos
iguais em tudo e na sina:
a de abrandar estas pedras
suando-se muito em cima,
a de tentar despertar
terra sempre mais extinta,
a de querer arrancar
algum roçado da cinza.*

*É difícil defender,
sô com palavras, a vida,
ainda mais quando ela é
esta que vê, severina;"*

*(Morte e Vida Severina - João Cabral
de Melo Neto)*

A sociedade é uma construção humana. É o homem que, nas suas relações com as condições objetivas existentes, transformando-as para sobreviver, e nas relações sociais com outros homens, constrói a si mesmo, faz a história, cria e recria permanentemente a sociedade. Esta, portanto, não é "externa" ao homem. E a realidade social, entendida como produção social do homem, não é um conjunto ou totalidade de estruturas autônomas que se influenciam reciprocamente, condicionando a ação humana; ela é uma totalidade historicamente construída, contraditória pela própria natureza e fruto dinâmico das práticas sociais que geram as transformações no tempo e no espaço.

Dentre as práticas sociais, é preciso considerar a prática econômica, aquela que garante a sobrevivência, como fundamental; em função dela se articulam as demais práticas sociais, inclusive a educação, legitimando-a mas também atuando sobre ela.

Nesse sentido, o III PSECD (1980-1985) aponta que:

"(...) o esforço educacional faz parte de um esforço geral, não somente dentro da área social, mas também dentro da área econômica, porque não há solução satisfatória dos problemas, se não houver suficiente convergência entre as áreas sociais e as áreas econômicas.(...) Questões relevantes da educação, muitas vezes, encontram tratamento mais eficaz fora do próprio sistema educacional, a saber, no problema da pobreza, entendida, aqui, em sua dimensão econômica e política.(...) Dada a dimensão da pobreza no País, a questão educacional é por ela profundamente condicionada. Em vista desta realidade, torna-se necessário o desenvolvimento de uma política social envolvendo um esforço integrado das áreas sociais e econômicas para a superação das desigualdades sociais."

A educação, enquanto prática social, tem como atribuição específica a produção e reprodução do conhecimento e do saber social — saber produzido no interior da sociedade e legitimado em função da manutenção dessa sociedade tal como ela se constitui. Assim considerando, a educação contribui para reproduzir a desigualdade social existente numa sociedade desigual, servindo de mediadora entre esta e o Estado que a organiza e afiança suas relações, através da formação de consenso e manutenção da hegemonia, que permite a reprodução do modelo de relações sociais predominante. A educação tem, portanto: (i) um papel ideológico, inculcando padrões culturais dominantes, difundindo noções de ordem e normalidade vigentes; (ii) um papel econômico, como formadora de mão-de-obra para o sistema produtivo; (iii) um papel controlador, na medida em que é seletiva e oferece qualidades diferentes de ensino para grupos diferentes da população.

Porém, não pode ser esquecido o caráter contraditório da educação enquanto prática social no interior de uma sociedade contraditória: ao reproduzir as desigualdades, a educação é palco de uma disputa social que expressa uma correlação de

forças, de interesses sociais específicos e divergentes. Assim, é vivida no seu interior uma tensão constante, fruto do embate entre uma educação "conservadora" e uma educação "renovadora". Por outro lado, deve-se considerar que a educação é também um processo interno e individual de mudança, não totalmente controlável, que traz em si o germe da transformação.

A educação não é o instrumento essencial da redução das desigualdades sociais, mas é um caminho que permite o questionamento da realidade vivida e a necessidade de mudanças. Partindo desse pressuposto, pode-se compreender como, na conjuntura social do país, a educação é um serviço que a população de baixa renda tem de conquistar, exigindo nível de qualidade e participação no seu planejamento e administração.

É nessa linha de raciocínio que o III PSECD afirma:

"A educação, considerada na ótica da política social, compromete-se a colaborar na redução das desigualdades sociais, voltando-se preferencialmente para a população de baixa renda. Procura ser parceira do esforço de redistribuição dos benefícios do crescimento econômico, bem como fomentadora da participação política para que se obtenha uma sociedade democrática, na qual o acesso às oportunidades não seja função da posse econômica ou da força de grupos dominantes. Educação é direito fundamental e basicamente mobilizadora, encontrando, especialmente, na sua dimensão cultural, o espaço adequado para a conquista da liberdade, da criatividade e da cidadania."

Efetivamente, as práticas sociais se inserem num espaço cultural. A cultura é uma produção simbólica, um sistema de significados e sentidos que se manifesta em vários níveis e que é construída historicamente, através de todas as relações do

homem. Ela é o lócus da contradição existente na sociedade e, portanto, das desigualdades sociais.

Uma proposta educativa que desconsidera a cultura em que os grupos sociais se inserem pode ser extremamente redutora, por não levar em conta "todo o complexo que inclui conhecimentos, crença, arte, leis, moral, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade" (Tylor), comprometendo a coerência entre o projeto educativo e o projeto dos grupos como sujeitos de sua transformação.

No Brasil, as desigualdades sociais se expressam com muita clareza na educação. O sistema de ensino não logrou alcançar a universalização escolar, nem mesmo a nível de alfabetização. Na tentativa de corrigir essa "carência", iniciou-se um trabalho de educação não-formal que visava, sobretudo, suprir a curto prazo a demanda de mão-de-obra especializada/semi-especializada para a rápida expansão industrial do país. Essa educação revelava-se mais barata, mais rápida, mais flexível, possibilitadora de atender grandes contingentes populacionais em reduzido espaço de tempo.

Progressivamente, o sistema educacional foi incorporando essa "nova modalidade" de educação, notadamente no que se denomina ensino supletivo, que tendeu a considerar a educação não-formal como uma educação compensatória, chance renovada de escolaridade, concretizando-se, porém, como um modelo formal de menor qualidade. As funções de maior incidência atribuídas a esse tipo de educação, que reiteram essa perspectiva, são:

- "a) "recuperação", que significa permitir à população não escolarizada na idade ou no nível adequado "integrar-se ao universo dos escolarizados — e não sempre os conhecimentos e o saber dos quais essa população teria necessidade para se desenvolver";
- b) "adaptação" e "promoção" — que revelam a mesma concepção anterior, uma vez que visam integrar populações marginalizadas às sociedades ditas modernas.

(...) "Nada nessas três funções permite supor que a participação dos interessados tenha sido levada em consideração, ou mesmo desejada." (3)

Entende-se que o III PSECD propõe uma nova dimensão para a educação não formal, ao postular que:

"... é necessário também adotar uma nova postura com relação à educação de adolescentes e adultos. O ensino supletivo deve, nesta dimensão, ser visto não tanto como uma chance renovada de escolarização, mas como um processo próprio de educação desses grupos, dotado de conteúdos e métodos que atendam eficazmente aos objetivos específicos de desenvolvimento cultural, de ampliação de experiências e vivências e de aquisição de novas habilidades. Por esta razão, o ensino supletivo deverá ser tendencialmente não-formal, ou seja, dotado de flexibilidade e capaz de criatividade, de forma a responder às características específicas de cada clientela, em cada meio. (...) É preciso valorizar mais as necessidades definidas a partir da própria comunidade, e criar condições de avaliação crítica constante por parte dela e evitar a tendência seletiva do sistema de ensino."

Essa nova dimensão recupera a identidade própria da educação não-formal e a sua qualidade possível.

Que educação não-formal é essa que se pretende?

A educação não-formal é a modalidade educativa que

(3) Osmar Fávoro. Tipologia da Educação Extra-escolar no Brasil, citando Pierre Furter.

tem a mais ampla gama de objetivos, que podem ir desde a preparação de mão-de-obra para o desenvolvimento até a transformação da sociedade pela participação popular. A educação não-formal que se pretende enfocar é a que, buscando a mudança, pressupõe a participação do povo como sujeito na construção/reconstrução de uma sociedade democrática e mais justa. "O fruto da educação seria uma cultura de não-dominação, reconstruindo relações sociais firmadas no respeito pela dignidade humana." (4)

Concretamente, um posicionamento sobre essa educação não-formal tem de passar por uma reflexão em torno dos participantes, dos conteúdos, da metodologia e da organização e administração dos programas/atividades desenvolvidos.

Pensar na população para a qual a educação não-formal basicamente se volta — população de baixa renda — implica considerar a seletividade do sistema formal, que agrava as desigualdades sociais já existentes. Assim, a educação não-formal é um direito e tem de estar a serviço dessa população, fortalecendo seu saber e seu poder para a conquista coletiva do direito de participação na sociedade e de respostas às suas necessidades básicas. Tal educação possibilita o exercício de uma cidadania mais plena, que supera a reivindicação de direitos dos cidadãos para a criação e condução de um projeto político mais igualitário para a sociedade.

Esse tipo de educação se constrói no espaço criado na relação agente/população, espaço no qual a garantia do pensamento reflexivo, do diálogo, do confronto de saberes diferenciados permite a explicitação do saber popular e o seu fortalecimento. Tal perspectiva considera a existência de um saber socialmente acumulado, elaborado intelectual e criticamente, e que deve ser do domínio do agente educativo. Por outro lado, importa na convicção de que existe um saber popular, fruto da experiência de vida da população, e que ele não é uma mera internalização do saber dominante,

(4) Documento do MOBRAL. Estudo sobre o artigo de Frances Elsie O'Gormam, publicado na revista de Educação AEC, nº 40, 1981.

valorizado pela sociedade, mas tem características próprias, a partir da visão de mundo do povo, visão essa ligada à sua inserção na sociedade. É possível e é preciso que esse saber popular seja considerado para a construção de um novo saber que, fundado nas raízes da experiência vivida e incorporado de novos conhecimentos, possa elevar a consciência popular, permitindo um questionamento mais claro da realidade para transformá-la.

Nessa relação, o agente intervém, mas não dirige o processo educativo. São as camadas populares, e somente elas, que podem indicar e perseguir seus interesses: ao fazê-lo, criam alternativas de poder. Para isso, é preciso que o agente saiba ouvir a população, entenda o código pelo qual ela se expressa, respeite o seu saber e, dominando conhecimentos importantes para essa população, tenha condições de se fazer entender por ela, interagindo no sentido de socializar conhecimentos e produzir coletivamente uma nova síntese. Assim, a educação não-formal, sem prescindir do saber que o povo porta, tem de possibilitar que ele se aproprie de um saber que lhe foi negado, para a criação do novo.

Os conteúdos da educação não-formal, porque respondem concretamente a interesses específicos da população e porque devem se fundar no saber popular, serão, conseqüentemente, diversificados e não totalmente estabelecidos a priori. Isto não quer dizer que esses conteúdos excluam a escolarização/instrumentalização dos grupos populares. Ao contrário, a educação não-formal exige-lhe qualidade como condição de luta pela superação das desigualdades. Esses conteúdos, também, não se esgotam na escolarização: transcendem a ela em termos de possibilidades de organização e fortalecimento das organizações populares já existentes, em torno de suas necessidades básicas.

Do ponto de vista metodológico, a educação não-formal constrói sobre o saber vivenciado da população o aperfeiçoamento de conhecimentos e técnicas, de modo a:

"Começar com o que as pessoas conhecem, com sua vivência, com sua realidade. Ajudar as pessoas a organizarem seus próprios conhecimentos. Aprofundar o que é conhecido pela reflexão conjunta e partilha do saber. Detectar juntos o que falta nesse conhecimento. Buscar novas informações ou técnicas para continuar o aperfeiçoamento em função da plena realização da pessoa humana e formação da sociedade." (5)

Esse aperfeiçoamento de conhecimentos e técnicas, utilizando uma pedagogia reflexiva, vai promover uma ampliação das possibilidades de a população avaliar e optar, sem o que os objetivos da educação não-formal não podem ser atingidos. E mais: o aperfeiçoamento do saber (conhecimentos e técnicas) e o aprofundamento do julgar (opções) só ocorrem com a participação.

A participação atuante da população é meio e fim desse processo educativo, que se deve organizar e administrar de forma descentralizada e, progressivamente, autogestionada. A participação atuante é um exercício de fortalecimento do poder popular, o construtor fundamental da sociedade democrática.

Hoje, a educação não-formal tem um compromisso com a participação, já que:

"Na atual conjuntura da sociedade brasileira, o regime político encontra-se em fase de transição, procurando ampliar o espaço democrático no país.

Neste sentido, é indispensável destacar o papel das forças populares que procuram, sob diversas formas, abrir um espaço próprio e significativo, de modo a garantir a sua participação efetiva na orientação das

(5) Frances Elsie O'Gormam. Educação Básica Não-Formal: Perspectivas e Questionamentos.

transformações da economia e da sociedade. (...) Na nova realidade brasileira que ora se define, não existiria lugar para o planejamento tecnocrático, desprovido de legitimação social." (6)

Enfim, nessa concepção de educação não-formal, o povo deve "caminhar com seus próprios pés, pensar com sua própria cabeça", e o papel dos agentes e das instituições é fortalecê-lo para isso.

(6) SUDENE, 1983. Proposições de política social para o Nordeste.

III - DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

*"Um galo sozinho não tece uma manhã:"
(Tecendo a Manhã - João Cabral de Melo Neto)*

1 - Metodologia:

A eleição de uma metodologia para um projeto de estudo conjunto de técnicos sobre a educação não-formal deve fazer-se de modo coerente com os referenciais teóricos e princípios que informam a perspectiva da educação não-formal pretendida. Isto porque acredita-se que a competência técnica, concretizada na concepção e encaminhamento de propostas educativas, relaciona-se intimamente com a vivência, o exercício de tais referenciais e princípios na formação e prática profissional.

Assim, a metodologia de um projeto comprometido com uma dimensão de educação não-formal que pressupõe a participação do povo como sujeito na construção/reconstrução de uma sociedade democrática e mais justa tem de considerar que o conhecimento se constrói num espaço de comunicação dialógica, que garante e estimula o pensamento crítico-reflexivo; que a produção do novo conhecimento se opera a partir da experiência de cada um e de todos reelaborada à luz de aportes teórico-conceituais; e que o aperfeiçoamento do saber (conhecimentos e técnicas) e o aprofundamento do julgar (reflexão para a escolha) só ocorrem com a participação, aqui entendida não como "um problema de quantidade do TOMAR PARTE mas um problema da qualidade do TER PARTE". (7) No caso, ter parte na produção do saber e na gestão do modo de produzi-lo.

É preciso que os limites e possibilidades de um trabalho reflexivo e participativo sejam depreendidos no exercício de um processo reflexivo e participativo, tanto mais que os técnicos são "multiplicadores" desse tipo de

(7) Juan E. Diaz Bordenave. Além dos Meios e Mensagens, citando Barbano.

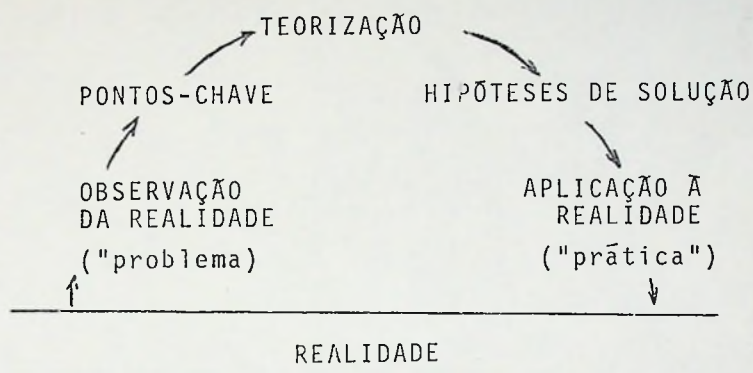
processo. Como poderiam eles (técnicos de todos os níveis), agentes educativos de uma proposta de mudança, estimular a reflexão e a crítica, quando não têm incorporadas a reflexão e a crítica; abrir mão do repassar conhecimentos, se não vivem e valorizam a prática de produção coletiva de conhecimento; desenvolver um modo de educação para e pela participação, quando não se inscrevem numa prática participante?

Daí, propor-se para o desenvolvimento do Projeto de Estudo Conjunto de Técnicos sobre a Educação Básica Não-Formal uma metodologia pautada na "Pedagogia da Problemática" (também conhecida como "educação problematizadora" ou "método do arco"), que parte das seguintes idéias:

- . "Uma pessoa só conhece bem algo quando o transforma, transformando-se ela também no processo.
- . A solução de problemas implica na participação ativa e no diálogo constante entre coordenadores e participantes. A aprendizagem é concebida como a resposta natural do participante ao desafio de uma situação-problema.
- . A aprendizagem torna-se uma pesquisa em que o participante passa de uma visão "sincrética" ou global do problema a uma visão "analítica" do mesmo — através de sua teorização — para chegar a uma "síntese" provisória, que equivale à compreensão. Desta apreensão ampla e profunda da estrutura do problema e de suas conseqüências nascem "hipóteses de solução" que obrigam a uma seleção das soluções mais viáveis. A síntese tem continuidade na práxis, isto é, na atividade transformadora da realidade." (8)

(8) Juan E. Diaz Bordenave e Adair Martins Pereira. Estratégias de Ensino-Aprendizagem.

Em esquema, tem-se:



Ao viabilizar-se tal metodologia no estudo conjunto de técnicos, pretende-se que o ponto de partida e também o de chegada sejam a prática profissional e o contexto social no qual ela se inscreve, iniciando-se o processo de produção de conhecimento pela observação dessa realidade, quer diretamente, quer através de representações do real (estudos de caso, relatos, meios audiovisuais, etc.) É este momento que se constitui como uma leitura "sincrética". Daí, passa-se à problematização dessa realidade, procurando-se captar os pontos verdadeiramente importantes e significativos — pontos-chave —, sobre os quais se deve centrar a reflexão. Esta análise, desenvolvida sob o enfoque das diferentes ciências humanas e sociais, é a mediação teórica que, ao questionar o porquê dos fatos e ao buscar desvendar as relações existentes entre eles e a totalidade social, permite o aprofundamento da compreensão da realidade, relendo-a, agora, à luz dos princípios teóricos que a explicam.

A teorização, nesta metodologia, é desenvolvida pelos próprios participantes, com base no seu saber, num movimento de investigação do real; e é isso que propicia uma verdadeira produção de conhecimento a partir da relação dialética teoria-prática, ao invés da tentativa de encaixar

numa teoria dada a prática vivida. Nessa relação teoria-prática, constrói-se, então, uma realidade mais complexa, um concreto apreendido em suas múltiplas determinações, o que leva à formulação de hipóteses alternativas de ação, onde a criatividade e a invenção são estimuladas pela própria complexificação da prática. Finalmente, confrontadas as alternativas possíveis com os limites inerentes à realidade, podem ser selecionadas aquelas alternativas que respondem a uma ação mais pertinente e viável. E tem-se a prática reelaborada.

Cabe ainda retomar a natureza participativa dessa "pedagogia problematizadora" que, não separando a transformação individual da transformação social, implica não só a produção coletiva do conhecimento como também o conduzir, administrar e avaliar de modo participativo esse processo de construção. Assim, o Projeto de Estudo Conjunto de Técnicos tenta a co-gestão, desenvolvendo um trabalho em que coordenadores e participantes são agentes e sujeitos do processo educativo, ainda que os coordenadores atuem também como facilitadores desse processo.

2 - Condições gerais de realização:

O desenvolvimento do Projeto de Estudo Conjunto de Técnicos da Instituição sobre Educação Básica Não-Formal está previsto para o período de março a junho de 1984, com uma carga horária total de 136 horas de encontro, distribuídas em um dia inteiro de expediente por semana, ou seja, 8 horas semanais. Isto significa que os técnicos não serão afastados de seu trabalho, a exceção dessas horas comprometidas com o Projeto.

O estudo conjunto terá lugar no edifício-sede do MOBREAL Central, em local a ser ainda determinado.

Serão convidados a participar do Projeto, num primeiro momento, os técnicos que tenham tido experiência de trabalho junto aos programas educativos da instituição,

quer a nível de planeamento, quer a nível de execução.

O número de participantes do Projeto não deverá exceder o total de 25, comprometendo-se o técnico que nele se inscrever a permanecer no grupo de estudo por todo o período.

A inscrição para participar do Projeto será voluntária, precisando o técnico contar com o apoio da chefia imediata e do Departamento, uma vez que o estudo conjunto implica um compromisso prévio de participação, que envolve o comparecimento às sessões programadas e a leitura de alguns documentos fora da carga horária acordada para o Projeto.

No caso de o número de inscritos ultrapassar o limite previsto, serão adotados os seguintes critérios de seleção:

- . o técnico não ter tido a oportunidade de participar dos cursos promovidos pelo MOBREAL (Curso de Educação de Adultos, Curso de Educação Básica Não-Formal);
- . o técnico não estar cursando mestrado;
- . o técnico estar diretamente envolvido na prática educativa da instituição.

Se adotados os critérios acima ainda houver um número de inscritos maior do que o número possível de participantes, serão feitas reuniões para uma decisão conjunta do impasse.

O estudo conjunto será coordenado pelas autoras do Projeto, devendo contar com a colaboração de outros técnicos envolvidos no Curso de Educação Básica Não-Formal e com a participação de outros técnicos e/ou professores convidados.

Pretende-se que a realização deste Projeto seja uma possibilidade de fortalecimento do diálogo técnico dentro da instituição e, nesse sentido, recomenda-se que o Projeto tenha continuidade, quer pelo desenvolvimento do estudo conjunto com outros grupos (um grupo por semestre), quer por um encontro mensal dos técnicos que viveram o

processo. Tal continuidade deverá apoiar-se na avaliação do trabalho levado a efeito no período de março a junho de 1984.

3 - Conteúdo e indicações metodológicas:

O quadro a seguir, explícita, numa primeira versão, os temas e os conteúdos previstos para o desenrolar do projeto, assim como aponta um conjunto de textos básicos — objeto de discussão nas reuniões — e uma bibliografia de enriquecimento. Trata-se de uma primeira versão já que, consoante a metodologia do Projeto, o grupo poderá reconstruir, no processo, os conteúdos a serem trabalhados, bem como indicar novos textos e outros recursos didáticos.

Quanto às indicações metodológicas, estima-se que seu detalhamento deva ser feito por conteúdos afins (os temas) e à medida que as sessões de estudo se forem processando. Contudo, serão consideradas como indicações metodológicas gerais:

- . distribuição prévia de documentos e/ou agenda de reunião;
- . utilização sistemática de material da prática institucional (documentos escritos, estudos de caso, fitas gravadas, audiovisuais, publicações didáticas, etc.);
- . produção de questionamentos ou indicação de pontos importantes para a exploração dos materiais, sempre que possível, em conjunto;
- . leitura individual dos documentos, anteriormente às reuniões;
- . reflexão e debate sobre os textos ou outros materiais, em subgrupos e/ou em plenário;
- . sistematização de cada dia de estudo, como produção de conhecimento do grupo;
- . relatos, depoimentos dos técnicos, da população e de agentes de base;
- . participação de professores e/ou técnicos convidados, para os debates;
- . palestras, conferências de professores e/ou técnicos convidados, a partir de necessidades sentidas no decorrer do estudo;
- . avaliação sistemática do processo em curso, tanto a nível de produção do conhecimento quanto a nível de participação (co-gestão).

TEMA	CONTEÚDOS	TEXTOS BÁSICOS	BIBLIOGRAFIA
1. Explicitação e discussão do Projeto.	. primeiros contatos com uma posição sobre Educação Básica Não-Formal; . proposta metodológica do Projeto; . análise dos conteúdos; . avaliação no Projeto.	- Projeto de Estudo Conjunto de Técnicos da Instituição sobre Educação Básica Não-Formal.	BORDENAVE, Juan Diaz - Opções Pedagógicas, trechos de Transferência de tecnologia apropriada ao pequeno agricultor, in Revista Interamericana de Educação de Adultos, Vol. 3, nº 1-2, 1980.
2. O conhecimento da realidade			
2.1 O desenvolvimento da América Latina.	. breve visão histórica do desenvolvimento da América Latina (realidade sócio-política e econômica); . a educação nesse contexto.	- Documento a ser elaborado (roteiro). - FURTER, Pierre - A formação extra-escolar e o desenvolvimento dependente. (Tradução), FGV/IESAE. - SUDENE - Proposições de Política Social para o Nordeste. Parte II, Recife, 1983. - MOBRAF - documentos do Seminário "Discutindo o Nordeste", 1983.	PEREIRA, Luiz Carlos Bresser - Seis Interpretações sobre o Brasil. CARDOSO, F.H. e Faletto, E. - Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio, Zahar, 1970. KOWARICK, Lúcio - Capitalismo e Marginalidade na América Latina. Rio, Paz e Terra, 1975. SERRA, José - Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra. In Desenvolvimento Capitalista no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982.
2.2 A realidade social	. referências para análise da realidade social; . a prática educativa como prática social; sua relação com as demais práticas; . a cultura.	- textos produzidos no Curso de Educação Básica Não-Formal. - COSTA, Beatriz - Para analisar uma prática de Educação Popular, Suplemento CEF, nº 17, Tempo e Presença, Rio, 1977. - BRANDÃO, Carlos - Cultura, Estado e Sociedade, in O Ardil da Ordem. Campinas, Papyrus, 1983. - VELHO, Gilberto - Observando o Familiar, in A aventura sociológica, Rio, Zahar, 1978.	IESAE/FGV - Setor informal de trabalho: origens, características e dimensões. Rio, Relatório de Pesquisa, 1981. VELHO, Gilberto e Viveiros de Castro, E.O. - O concerto de cultura e o estudo de sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. (mimeo) DEMO, Pedro - Educação, Cultura e Poder - Hipóteses sobre a importância da educação para o desenvolvimento. Brasília, MEC, 1982. (mimeo)
2.3 O Estado	. o papel e a natureza do Estado; . as mediações; . a hegemonia; . autoritarismo/democracia; . a construção social da cidadania.	- SUDENE - Proposições de Política Social para o Nordeste. Parte I, Recife, 1983. - PAIVA, Vanilda - Estado e educação popular: recolocando o problema, in A questão política da Educação Popular. São Paulo, Brasiliense, 1982.	HORTA, José Silvério Bahia - Planejamento Educacional, in Filosofia da Educação Brasileira. Rio de Janeiro, FGV/IESAE, 1979.

TEMA	CONTEÚDOS	TEXTOS BÁSICOS	BIBLIOGRAFIA
2.4 A população	. caracterização da população de baixa renda; . as representações da população; . o saber popular; . as organizações populares.	MOBRAL - documento do Seminário "Discutindo o Nordeste", 1983. GARCIA, Pedro Benjamim - Educação popular: algumas reflexões em torno da questão do saber, in A questão política da educação popular. São Paulo, Brasiliense, 1982. BRANDÃO, Carlos - Saber de Classe e Educação Popular, in O ardil da ordem. Campinas, Papirus, 1983. SOUZA, Antônio Cícero - Prefácio e Posfácio, in A questão política da educação popular. São Paulo, Brasiliense, 1982.	SAVIANI, Dermeval - Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo, Cortez, 1980. Cadernos de Educação Popular 4. Petrópolis, Vozes/Nova, 1982. GARCIA, Pedro Benjamim - Saber popular/ Educação Popular, in Cadernos de Educação Popular 3. Petrópolis, Vozes/ Nova, 1982. DAUSTER, Tania e Outros - O Cavalo dos Outros - um estudo sobre a categoria social, educação e os alunos do Programa de Alfabetização Funcional do MOBRAL, (mimeo)
3. A atuação educativa			
3.1 Educação	. conceitos; . natureza específica da educação; . educação e mediação; educação e contradição; educação e hegemonia; . as instituições e a educação.	SAVIANI, Dermeval - As teorias da educação e o problema da marginalidade na América Latina, in Cadernos de Pesquisa, São Paulo, (42), agosto/1982. MUNOZ, Jorge Vicente - Sobre as instituições que fazem educação popular, Educação Popular (II), Rev. Suplemento 22, Ed. CEI, Rio, out./1978.	MELLO, Guiomar Namode - Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político. São Paulo, Autores Associados: Cortez, 1982. ROCHA, Regina - Educação popular e poder, Cadernos do CED, 6. Rio de Janeiro, Tempo e Presença, 1980. PINTO, Alvaro Vieira - Sete lições sobre educação de adultos. São Paulo, Autores Associados: Cortez, 1982. III Plano Nacional de Desenvolvimento- 1980/1985. III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos - 1980/1985. Brasília, MEC, 1979. Diretrizes de Atuação do MOBRAL. Brasília, MEC, 1982. Diretrizes para a Educação Supletiva. Brasília, MEC, 1982.
3.2 Tipologias da educação	. educação básica; . educação não-formal; . educação popular e organização popular.	- MOBRAL/MEC - Conceito de Educação Básica (mimeo). - O'Gorman, Frances - Educação Básica Não-Formal: perspectivas e questionamentos (texto provisório, mimeo). - BRANDÃO, Carlos Rodrigues - Da Educação fundamental ao fundamental da educação, in Caderno do Cedes, 1, 1980.	BEZERRA, Aída - As atividades em educação popular, in A questão política da educação popular. São Paulo, Brasiliense, 1982. FAVERO, Osmar - Tipologia da educação extra-escolar no Brasil. Rio, FGV/IESAE, 1979. CEDES - Concepções e Experiências de Educação Popular. I (I). São Paulo, Cortez/CEDES, 1980.

TEMA	CONTEÚDOS	TEXTOS BÁSICOS	BIBLIOGRAFIA
3.3 Uma educação comprometida com a população de baixa renda.			
3.3.1 Metodologia participativa.	. conceitos de participação; . princípios metodológicos; . diagnóstico participativo; . comunicação participativa; . avaliação participativa; . o uso de recursos: meios de comunicação e outros recursos didático-pedagógicos.	- STEEB, Irene - Metodologia na Educação Psicossocial de Adultos, in Permanent Education, nº 2, 1976. - MEISTER, Albert - Participação, Animação e Desenvolvimento (resumo em mimeo). - GARCIA, Pedro Benjamim - Dois modos de conceber a avaliação em educação popular, in Educação Popular (II), Rev. Suplemento 22. Rio, CEI, out./78. - PINTO, João Bosco - Metodologia de Investigação e Ação (mimeo). - MOBRAL - publicações didáticas.	PICON, Cesar E. - Administracion de um Programa Regional de Maestria en Educacion de Adultos com um enfoque metodológico participativo, in Administracion de la Educacion de Adultos. México, CREFAL, 1982. CALLAWAY, Helen - A participação do aluno vista sob o ângulo antropológico, in novos métodos de alfabetização concebido em função do aluno. Persépolis, 1975. BORDENAVE, Juan Diaz - Democratización de la comunicación, Democrati- zación de la educación, in CIESPAL, Chasqui, 5. BORDENAVE, Juan Diaz - Democratiza- ción de la comunicación: teoria y práctica, in CIESPAL, Chasqui, 1. BORDENAVE, Juan Diaz - O que é participação? São Paulo, Brasiliense, 1983. MACIEL, Elter Dias - Avaliação: al- gumas considerações, in Proposta, nº 2. Rio, FASE, set./76. MACHINANDIARENA, Ana Jaramillo - Education de Adultos, Participation, Cogestion y Autogestion - México, CREFAL, 1982. MOBRAL - Documento sobre Ação Comu- nitária, 1983.
3.3.2 A ação insti- tucional.	. diferentes naturezas dos programas educativos; . objetivos dos programas; . as funções de planejamento, supervisão e avaliação dos programas educativos; . a comunicação nas institui- ções.	- MOBRAL - Política e Diretrizes para 1984. - MOBRAL - Ação do MOBRAL para 1984. - ARROYO, Miguel G. e outros - Subsídios para a "Práxis Educativa" da Supervisão Educacional, in O Educador: Vida e Morte. Rio, Graal, 1983. - HORTA, José Silvério Bahia - Pla- nejamento Educacional, in Filoso- fia de Educação Brasileira. Rio, FGV/IESAE, 1978.	GRZYBOWSKI, K.A. - Esboço de uma al- ternativa para pensar educação no meio mural. (mimeo). GRZYBOWSKI, K.A. - A formação pro- fissional de trabalhadores rurais da cana: o aprendizado nos cursos face o aprendizado no trabalho. (mimeo) BRANDÃO, Carlos - Refletir, discu- tir, propor: as dimensões de mili- tância intelectual que há no educa- dor. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

TEMA	CONTEÚDOS	TEXTOS BÁSICOS	BIBLIOGRAFIA
3.3.3 O agente educativo.	. o papel do agente: competência e compromisso; . relação do agente com a população; . formação do agente.	- BEZERRA, Aída - Conversando com os agentes, in Cadernos de Educação Popular 3, Petrópolis, Vozes/Nova, 1981. - Texto produzido no Curso de Educação Básica Não-Formal. - CANDAU, Vera Maria Ferrão - A formação de educadores: uma perspectiva multidimensional, in Série Estudos - PUC/RJ, nº 7, 1981.	PINTO, Álvaro Vieira - O problema da alfabetização, in Sete Lições sobre Educação de Adultos. São Paulo, Autores Associados: Cortez, 1983. BORDENAVE, Juan Diaz - O que é comunicação? São Paulo, Brasiliense, 1982. BRANDÃO, Carlos (org.) - O Educador: Vida e Morte. Rio, Graal, 1983. PINTO, Álvaro Vieira - A formação do educador, in Sete Lições sobre Educação de Adultos. São Paulo, Autores Associados: Cortez, 1982. LE BOTERF, Guy - Formação e Autogestão. (Tradução em mimeo). FGV/IESAE.

4 - Avaliação:

A avaliação no Projeto de Estudo Conjunto dos Técnicos da Instituição tem os objetivos de, por um lado, acompanhar criticamente o processo em desenvolvimento, modificando-o se necessário, e por outro, fornecer os subsídios para que se possa referendar ou não a continuidade de existência do Projeto na instituição.

Tal avaliação se dará no processo, numa perspectiva participativa, sendo reservados momentos específicos de avaliação, contemplando a produção de conhecimento propriamente dita e o modo de produzi-lo (processo participativo). Será estimulada também a auto-avaliação, sendo criados espaços de reflexão individual sobre os conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidos no processo, bem como de comparação entre a visão da prática do técnico no início e ao final do Projeto.

Deverão ser considerados como parâmetros dessa avaliação os objetivos do Projeto (expressos no item 1.2) e, sistematizando os dados de avaliação, será produzido um documento final, a ser encaminhado às chefias e à presidência da instituição. Esse documento levará em conta a produção coletiva de conhecimentos — sistematização das reuniões —, a opinião coletiva e individual dos técnicos sobre tal produção e sobre o processo participativo desenvolvido, a opinião dos coordenadores e outros técnicos envolvidos no Projeto sobre esses dois aspectos e, ainda, o parecer das chefias sobre a interferência do Projeto no desenvolvimento das atividades.

5 - Custos:

O Projeto prevê um pequeno investimento financeiro direto (discriminado no quadro a seguir), além do custo indireto correspondente às horas de trabalho dos técnicos envolvidos.

DISCRIMINAÇÃO	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO ESTIMADO
Pagamento para professores convidados: 40 horas	Cr\$ 6.000,00	Cr\$ 240.000,00
Reprodução de material impresso — XEROX: 400 folhas x 25 participantes = 10.000 folhas	Cr\$ 12,00	Cr\$ 120.000,00
T O T A L		Cr\$ 360.000,00

Obs.: Os custos foram estimados com valores de setembro/83.

6 - Cronograma de atividades:
(Quadro a seguir)

IV - BIBLIOGRAFIA

Além da bibliografia indicada no quadro relativo ao item III.3 deste projeto, foram ainda consultadas as sínteses avaliativas produzidas pelos grupos de alunos no decorrer do Curso, as notas de aula, e:

- AMMAN, Safira B. — Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade. São Paulo, Cortez, 1980.
- ARROYO, Miguel G. — Operários e trabalhadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira? in Educação e Sociedade, nº 5, Rio de Janeiro, Cortez/CEDES, 1980.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz — Além dos meios e mensagens. Introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência. Petrópolis, Vozes, 1983.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz e PEREIRA, Adair Martins — Estratégias de Ensino-Aprendizagem. Petrópolis, Vozes, 1983.
- KOSIK, Karel — "Dialética da Totalidade Concreta", in Dialética do Concreto, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.
- MOISES, José A. e outros — Cidade, povo e poder. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- O'DONNELL, G. — "Anotações para uma Teoria do Estado", in Revista de Cultura e Política, nº 3/1980, nº 4/1981.
- SAVIANI, Dermeval — Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo, Cortez, 1980.
- SIMKINS, Tim — A planificação da educação extra-escolar: estratégias e obstáculos. (Tradução em mimeo) UNESCO, Perspectives, Revue trimestrielle de l'education 8 (2): 201-12, 1978

UNIVERSIDADE SANTA ÚRSULA
FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO - MOBRAL

Discurso proferido pelo Presidente do MOBRAL, Dr. Claudio Moreira, por ocasião da abertura do Curso de Especialização Universitária em Educação Básica Não-Formal - Rio de Janeiro, 4 de abril de 1983.

Senhoras e Senhores,

A responsabilidade de abrir o Curso de Especialização Universitária na Área de Educação Básica Não-Formal me coloca diante de duas constatações ao mesmo tempo honrosas e importantes. De um lado, devemos registrar com satisfação a feliz aliança que aqui se consolida entre a Universidade Santa Úrsula, o MOBRAL e organismos educacionais de outros países, buscando num esforço comum a solução para o grande desafio do Ensino Básico conduzido à margem dos modelos clássicos. De outro lado, torna-se gratificante verificar, pelo nível de exigência intelectual deste auditório, pela seriedade da proposta do Curso e pelo elevado índice de presença, que a causa que nos reúne é produto direto da dinâmica inquietação voltada para as coisas conseqüentes no campo da valorização humana. Estas duas constatações, que honrosamente registro neste momento, certamente servirão de inspiração para as muitas indagações que deverão ser produzidas na exposição e no debate das idéias. E seguramente balizarão o amplo universo do compromisso que o MOBRAL e a Universidade Santa Úrsula buscarão resgatar ao longo dos próximos seis meses.

Os dois anos de experiência à frente do MOBRAL mostraram ao seu Presidente um rico elenco de perplexidades. Confesso, sem falsa modéstia, que temos hoje um conhecimento razoavelmente aproximado da multifacetada realidade que reclama a presença de nossas ações. O tamanho do desafio se amplia na própria medida do aprofundamento das pesquisas ou dos contatos diretos. O choque entre as carências de nossa clientela e a capacidade relativa dos recursos da Instituição é um fato do cotidiano. Mas é deste conflito que nutrimos nossas energias e nossas esperanças, sem ceder à alternativa fácil da acomodação.

Para vencer, ou mesmo para amenizar a dimensão desse desafio diário, e para socorrer as populações que vegetam na periferia da sociedade organizada, forjando o elemento motriz da miséria, do inconformismo e da violência, o MOBRAL quer e deve buscar o socorro das idéias que multipliquem a sua capacidade de atender. Se esta ocasião me permite deixar-lhes uma mensagem, quero transformá-la num apelo à reflexão. O MOBRAL não reivindica a

primazia da verdade exclusiva, e suas ações se inserem dentro de um grande universo de responsabilidades do Poder Público e do setor privado, mas o objetivo da Instituição é o de ocupar eficazmente e com a necessária competência gerencial todo o espaço que lhe é garantido pela Lei e exigido pelo seu papel institucional. Iniciativa, criatividade e competência para gerir recursos financeiros e orientar recursos humanos serão conquistas da lucidez e da reflexão bem orientada, e seguramente não será outra a preocupação do Curso que ora tenho a honra de inaugurar.

Permitam-me que me dirija mais particularmente aos educadores que deixaram seus países e suas famílias para recolher e oferecer suas experiências nesta articulação de interesses que espero seja proveitosa e duradoura.

Todos nós somos testemunhas de que o fenômeno da marginalização social é um fato inquestionável nos países em desenvolvimento, como o Brasil. O direito à educação é um dos alicerces da democracia, mas a escassez dos recursos públicos condiciona e amplia a distância entre o ideal e o possível, sobretudo num quadro em que o acesso à escola nem sempre é a primeira necessidade em famílias de baixa renda, preocupadas coletivamente, sem discriminação de idade, com a obtenção de meios mínimos de sobrevivência.

Atento para esta realidade, que é histórica e não episódica, o Governo do Presidente João Figueiredo identificou e vem implementando instrumentos de valorização e de participação dessas comunidades, mas a reação do termômetro social é um objetivo realista de médio prazo e de maturação lenta.

É dentro desta perspectiva que o MOBREAL se coloca, como Órgão que participa da engrenagem institucional do Ministério da Educação e Cultura. Por delegação institucional, o MOBREAL ouve, fala, alfabetiza, orienta e atende uma população que vive em condições extremamente precárias nas suas aspirações de saúde, nutrição, escolaridade e estabilidade empregatícia. Reside em domicílios precários e em ambientes sanitariamente deficientes, lutando exclusivamente para sobreviver à dificuldade. Extremamente diversificada quanto à origem geográfica ou quanto à faixa etária, valendo notar que aí estão incluídos os trabalhadores temporários de colheitas, os chamados bôias-frias, de atividade sazonal, as empregadas domésticas, as prostitutas, as lavadeiras, os vendedores ambulantes e outros públicos empenhados na dura luta pela sobrevivência. Todos sujeitos a mecanismos de discriminação social, de exploração de sua força de trabalho e a maioria deles exposta à carência de serviços básicos inerentes à justiça social.

A outra face deste quadro de carências, porém, tem sido observada com um bom índice de densidade pelos agentes do MOBREAL. Esta

mesma população revela-se capaz de desenvolver comportamentos extremamente criativos de sobrevivência, num fenômeno de socialização que bem ou mal atende algumas de suas necessidades de saúde, habitação, trabalho e lazer. O artesanato, o folclore, o mutirão, a medicina popular e a atividade prática das parteiras são, por exemplo, elos de elevado poder de socialização. O estímulo e a difusão dessas práticas comunitárias é preocupação corrente nos programas do MOBRAL, dentro do objetivo de agir com a comunidade, sem submetê-la ao risco do paternalismo.

O contato direto com tais necessidades e potencialidades dos públicos de interesse do MOBRAL produziu excelente patrimônio de conhecimentos. Um patrimônio cuja riqueza já permite parar para a reflexão, para a autocrítica e para o que poderíamos chamar de "volta por cima". Este é o atual momento do MOBRAL. Estamos vivendo o instante de transição, o instante de afunilamento das perplexidades, e daí à sedimentação que nos levará a vias mais largas e sem encruzilhadas.

A avaliação de tudo isso está em vias de conclusão, e o programa de trabalho de 1983 já se insere dentro da perspectiva de aperfeiçoar metodologias de orientação, mais pertinentes com a realidade sócio-educativa.

Estaremos seguramente mais próximos da filosofia buscada pelo MOBRAL no curso dos dois últimos anos, voltada para métodos mais flexíveis e para o verdadeiro espírito da educação não-formal. Assim, nossa clientela estará instrumentada para fortalecer seus próprios mecanismos de autovalorização, de grupalização e de encaminhamento de propostas coletivas, dentro de um universo mais aberto de cidadania participativa.

Tal preocupação traz à luz a importância do Curso de Especialização Universitária na Área da Educação Básica Não-Formal. O agente clássico que vem mediando as ações entre o MOBRAL e seus públicos não é o agente ideal. E ao assumir a responsabilidade desta afirmação, quero reivindicar para a Instituição o ônus da crítica, ou no mínimo reparti-la, pois também estivemos aprendendo, e isso, é bom que se reconheça. Nosso agente carece de formação mais sólida e mais consistente, e esta é uma responsabilidade que não se delega, mas se transmite, e é para isso que estamos aqui reunidos.

Considero desnecessário, pela qualidade intelectual do auditório, descer a pormenores sobre a importância da Educação Básica Não-Formal como alternativa para as graves questões sociais que assaltam os governos dos países do Terceiro Mundo, como o Brasil, que está consciente da prioridade que deve ser dada à preocupação desta natureza. Mas, vale lembrar, sobre a matéria, o Projeto Principal da UNESCO, emergente da recente Conferência realizada em Quito e a atual política educacional brasileira, centrada na

prioridade da Educação Básica, conforme os documentos do MEC/SEPS.

A sensibilidade da Universidade Santa Úrsula para o problema deve ser destacada. Trata-se de Instituição comprometida com a linha consagrada pela Igreja Católica em Medellín e em Puebla, e neste sentido inteiramente integrada com a filosofia de opção preferencial pelos pobres. Como Universidade, é o espaço institucional por excelência destinado ao estudo, à reflexão, à crítica, com a responsabilidade de quem serve à comunidade.

E é nesse sentido que vejo USU e MOBREAL consolidando as suas intenções e estreitando os seus vínculos no compromisso de formar agentes multiplicadores, objetivando, assim, um trabalho educativo cada vez mais eficiente e eficaz nesse Universo de Pobreza, nessa Cultura do Silêncio, trabalho esse movido pelo sentido de necessidade da urgência, de se instaurar no continente latino-americano uma sociedade mais fraterna e mais justa.

Declaro aberto o nosso Curso, convicto de que todos saberemos construir uma proposta final realista, construtiva. Uma proposta que se equilibre entre o imponderável do debate livre e aberto, e a ponderação do técnico que tem vínculo de confiança e de lealdade com as Instituições que representa. Mais que dar curso a posturas estereis, deveremos preocupar-nos todos com o compromisso comum de construir, questionando livremente caminhos percorridos, mas ao mesmo tempo com paciência pedagógica e competência profissional abrir e trabalhar nas brechas que o tecido poroso da realidade e das instituições comporta, no sentido de transformá-las.

A busca da transformação e do aperfeiçoamento nos torna aliados e solidários, e é esta a expectativa que gostaria de ver em todos os espíritos aqui presentes.

Senhores, a dimensão maior de uma atitude não-formal é o fazer; portanto, não percam mais tempo, façamos, façamos juntos, façamos com.

Boa sorte; "Buena dicha"!

Muito Obrigado.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 1983

29/06/83 — REUNIÃO DA EQUIPE ADMINISTRATIVA DO CURSO

- Relato da última reunião de coordenação.
- Procedimento para a xerox das avaliações (pedido dos alunos):
 - . estabelecer listas de pedidos dos alunos, que pagariam para a Therezinha fazer;
 - . ou então, haveria pastas por disciplina, com cópias das avaliações, que os alunos levariam para fazer suas próprias cópias.

Arquivo

- Arrumar as pastas por disciplina contendo currículo do professor, ementa, programa, bibliografia, avaliações e, no fim do curso, a pauta da USU preenchida.

22/06/83 — REUNIÃO DO GRUPO DE ALUNOS COM SEUS REPRESENTANTES

OBJETIVO: Analisar as conclusões da reunião de coordenação do dia 14/06 e formular pontos para a pauta da próxima reunião de coordenação.

a) Quanto à sistematização final das disciplinas do 2º núcleo

O grupo concordou com as conclusões da coordenação. Os alunos estão analisando as avaliações de todos os grupinhos em todas as disciplinas do núcleo, vendo de que forma essas disciplinas contribuíram para uma melhor compreensão da população com a qual trabalhamos.

Quinta-feira de tarde (23/06), será feito o plenário e, conforme combinado, a coordenação fará a consolidação final das conclusões.

b) Quanto às formas de desenvolvimento do 3º núcleo

O grupo sugere que uma vez feita a seleção das experiências dos alunos a serem apresentadas, seja feito, junto com o Prof. Valla, um planejamento para a disciplina, englobando essas experiências e aquelas que o professor quer apresentar.

- Que seja estabelecido um calendário para o núcleo, mantendo, se possível, um intervalo entre ele e o próximo núcleo para descanso.

- Quanto ao seminário sobre os "-ismos" e sobre Paulo Freire (foram ainda sugeridos por alguns Miguel Arroyo e Carlos Rodrigues Brandão), o grupo está favorável mas pede que sejam bem estudadas as datas para que não haja acúmulo de trabalho.

- Quanto aos orientadores para a elaboração das propostas: alguns alunos já fizeram sua escolha, outros não; há caso de aluno que acha desnecessário. O grupo quer saber quantas horas em média cada aluno teria direito e quais os professores disponíveis (para quantas horas).

c) Os alunos que são do MOBRAL consideram importante terem uma reunião em separado, em princípio nas terças-feiras, faltando apenas confirmar o horário.

d) As recomendações da coordenação quanto a reuniões de turma e representantes e reuniões de coordenação já estão sendo postas em prática.

e) O grupo concordou com as conclusões da coordenação. Em princípio, as terças-feiras seriam reservadas a reuniões e as quintas-feiras ao trabalho das propostas. A única exceção será a última aula de antropologia, quinta-feira, dia 30/7.

f) - Enquanto não vem o dinheiro da CAPES, o grupo aprovou a proposta de fundo para empréstimo e está executando-o.

- As cinco bolsistas já se reuniram para a repartição do dinheiro.

Observação final

Foi discutido no grupo como seria feito o documento de avaliação do processo participativo do curso (quanto à bolsa e outros problemas). Como proposta, o grupo trabalharia a partir do documento que está sendo elaborado pela coordenação pedagógica do curso, visando seu enriquecimento.

Sugestões

Que seja feita uma xerox de todas as avaliações feitas pelos grupinhos em todas as disciplinas do curso para ser distribuída, individualmente, a todos os alunos.

22/06/83 - REUNIÃO DA EQUIPE ADMINISTRATIVA DO CURSO

1. Foi abordada a situação da Rosemary. Ela entrará de licença de gestação a partir do dia 23/06. Isolina acha que tem condições de substituí-la na parte de arquivamento de documentos.
2. Para as avaliações por disciplina, foi sugerido que fossem arquivados os trabalhos dos grupos em pastas separadas por disciplina.
3. Para o preenchimento da caderneta da USU, pediremos orientação ao Gaudêncio.
4. Quanto à consulta dos livros por parte dos alunos, está parada.
5. Comentários do grupo a partir da leitura do depoimento do Cico.

23/06/83 - REUNIÃO DE COORDENAÇÃO

(com base na pauta estabelecida)

Ponto a)

. Espera-se que alguns pontos da avaliação do processo apareçam na avaliação de síntese, no plenário de hoje à tarde.

. Proposta: partir da avaliação do primeiro núcleo, analisando o processo de construção do conhecimento e o processo participativo do curso.

Isto seria feito através de trabalho de grupo (manhã) e plenário com a presença dos professores (tarde).

. Um ponto foi ainda considerado importante para esta avaliação: como estão sendo levadas as propostas de trabalho dos alunos frente ao processo de construção do conhecimento e ao processo participativo, já que era intenção do curso que essas propostas servissem de vetor para o desenvolvimento do curso?

Ponto b)

. Foi ressaltada a necessidade de se ver a proposta como uma proposta aberta de vida e trabalho, que ultrapasse em muito a proposta inicial que os alunos fizeram ao inscrever-se e, até, a própria proposta final a ser elaborada como trabalho de conclusão do curso. É preciso alertar para os riscos de academicismo da "dissertação final".

. Foi colocada a necessidade de haver uma reunião entre o grupo e a coordenação para se estabelecer as grandes linhas da elaboração da proposta.

. Quanto aos orientadores, os alunos ficaram de encaminhar sua lista. Foi considerada viável uma base de 10 horas de orientação por aluno.

Ponto c)

. Foi apresentada a proposta de calendário, em anexo.

. Quanto ao intervalo de dois ou três dias para descanso, ficou de se rever a possibilidade no fim do 3º núcleo.

. Os representantes dos alunos consultarão a estes sobre a possibilidade de incluir um seminário durante o 3º núcleo.

. Será feito o planejamento da disciplina dos professores Valla e Minayo no dia 28/6 à tarde quando será determinado que experiências de alunos serão apresentadas e em que datas.

No momento, estão sendo oferecidas 6 propostas de alunos com enfoque no agente. Além destas, há a possibilidade de serem utilizadas fitas referentes a um seminário promovido pelo MOBREAL no Nordeste, uma fita de depoimento de uma agente do ex-Programa de Educação Comunitária para a Saúde, do MOBREAL, e de serem convidados representantes de Associações de Bairro, Sindicatos CEBs, etc... (ver documento sobre o trabalho de campo a ser distribuído a todos os alunos).

. A Professora Julieta Calazans terá um encontro com os alunos no dia 12/07.

Ponto d)

O histórico escolar apresentado por Glória permitiu que fosse considerado equiparado o diploma de "maestra de Segunda Enseñanza" com a de licenciatura brasileira,

Ponto e)

. Foi solicitado que os alunos repensassem a validade de sua solicitação quanto à xerox das avaliações. O custo seria muito elevado (o total de xerox foi, grosso modo, estimado em 7.000 folhas para todo o curso).

. A título de contribuição, foi sugerido que cada aluno recebesse os trabalhos do seu grupo.

Ponto f)

. Só houve até agora uma única reunião representantes/grupão, motivo pelo qual está ainda um pouco cedo para se fazer uma avaliação do processo.

No entanto, notou-se que as "Instituições internas do grupo" estão se firmando (reuniões encadeadas coordenação/grupo), o que foi considerado muito positivo.

. Face ao fato de que foi estabelecido que nas terças-feiras serão feitas as reuniões representantes/grupo, a reunião de coordenação foi colocada na quinta-feira.

Como já previsto, os membros do MOBRAL e da USU da coordenação se reunirão, às segundas-feiras, para discutirem questões e encaminharem pontos para a reunião das quintas-feiras. Será feito um pequeno relato dessas reuniões.

Estão, ainda, ocorrendo, às quartas-feiras, reuniões com os membros administrativos da coordenação para estudo, encaminhamento de questões próprias e repasse/discussão dos assuntos levantados nas diversas outras reuniões.

CALENDÁRIO DO CURSO — PROPOSTA DE CALENDÁRIO PARA O 3º NÚCLEO

J U N H O - J U L H O - A G O S T O

20	21	22	23	24	27	28	29	30	1
Seg.	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Seg.	Terça	Quarta	Quinta	Sexta

Avaliação: - Antrop. da Educação - Comunicação Participativa	Avaliação: - Antrop. da Educação - Comunicação Participativa	Sistem. do contêúdo das disciplinas com vistas à análise da pop. (nível de grupo)	Sistem. do contêúdo das disciplinas com vistas à análise da pop. (nível de grupo)	Avaliação do Processo (nível de grupo)	Helena	Reunião	FTME Preparação do Núcleo (Trabalho de grupos/indiv.)	Tânia	
IDEM	IDEM	IDEM	IDEM Plenário	IDEM Plenário		Valla/Minayo: Planejamento do módulo com a participação do grupo.	IDEM	Valla	Valla

4	5	6	7	8	11	12	13	14	15
Seg.	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Seg.	Terça	Quarta	Quinta	Sexta

	Reunião		Proposta			Reunião		Propostas	Análise de Práticas Educativas
Valla	Valla	Minayo	Minayo	Minayo	Minayo	Minayo	Minayo	Análise de Práticas Educativas	IDEM

J U L H O - A G O S T O

Análise de Práticas Educativas	REUNIÃO	Sistematização do 3º Núcleo (grupo)	PROPOSTAS	Avaliação do Processo (grupo)		REUNIÃO		PROPOSTAS	
IDEM	IDEM	IDEM	IDEM Plenário	IDEM Plenário					

[illegible]

TRABALHO DE CAMPO

Conforme decidido em reunião do grupão, foi formada uma comissão para elaboração de uma proposta para o "trabalho de campo".

Dentre as várias alternativas apresentadas, duas foram priorizadas pelo grupão:

- 1) a discussão da prática dos alunos;
- 2) a presença no curso, para apresentação da experiência e debate com o grupo, de representantes de Associações de Bairro, Sindicatos e Pastorais.

Ficou estabelecido em reuniões subseqüentes que a prática dos alunos poderia ser discutida em dois momentos:

A) Durante o período de aula do Professor Valla e Minayo, dentro do corte do agente. Nesse caso estariam as experiências de:

1. José Machado: referida a um trabalho de educação não-formal a partir de trabalho cultural.
2. Telma: experiência na área de profissionalização (oficinas comunitárias). A presença do agente será vista principalmente como agente para a capacitação de pessoal de campo.
3. Oilda: dentro de um trabalho de "Desenvolvimento Rural Integrado" a presença do agente externo no planejamento e acompanhamento da experiência.
4. Luiz Alberto: sem escolha definida, será discutida dentro do aspecto agente no trabalho em área rural.
5. Lindaci: experiência em "Ação Comunitária". A presença do agente.
6. Jacy: referida à experiência já consolidada do "Festival de arte folclórico" - RS. O relato visa mostrar o papel do agente no processo educativo desenvolvido através do festival.
7. Fita gravada com depoimentos de uma agente do Programa de Educação Comunitária para a Saúde (PES) - MOBRAL.

Formas organizadas:

O contato com os agentes internos de Associações, Sindicatos e Pastorais foi estabelecido, havendo disposição de parte deles para relatar sua experiência e debates com os alunos do curso. Pensa-se em que cada experiência teria três horas para ser discutida.

O Professor Valla por sua vez optou por priorizar a experiência dos alunos, embora tenha outras experiências, escritas, que poderiam ser alvo de estudo de caso.

Resta saber se o Professor Valla aceitará os agentes de Associações, Sindicatos etc. contatados pela coordenação do curso ou terá outros contatos pessoais.

O primeiro dia de aula do Professor Valla deverá ser para planejamento. Nesse momento deverá ser decidido:

1. O momento de relato das experiências: durante a aula ou no outro período.
2. Se ele estaria presente.
3. Se caberia discutir todas as experiências inscritas ou só algumas, a serem selecionadas.
4. A forma de apresentação.

B) Para serem apresentadas fora do "corte do agente", em momento a ser definido pelo grupo, estão inscritos:

- Benito: experiência em assessoria de economia de educação — área de pré-escolar. Solicita a presença no relato do Professor Gaudêncio.

- Alba: planejamento de programas de capacitação popular — sugere-se que seja feita durante o período da Professora Julieta. É preciso ainda consultar a professora.

- Helena Finamore: experiência institucional, discutida sob o enfoque de como um projeto concebido a nível central percorre as diversas instâncias de decisão até a base.

Hã duas outras experiências para serem discutidas em forma mais ampla, desde que apresentam aspectos muito abrangentes.

- Seminário realizado no nordeste, pelo MOBREAL, onde os agentes de campo discutem com as instituições (governadores, inclusive) os projetos a serem desenvolvidos e a forma como outros vêm sendo realizados. Importante a visão da base em relação ao trabalho dos agentes externos.

Munarim: A experiência de Lages:

"Uma proposta de educação popular a partir de um órgão de Estado".

- Nota: Sugere-se que, prioritariamente, o grupo discuta a utilização do período Valla/Minayo (tempo, momento, número e quais experiências) para a discussão das práticas enfocadas no corte do agente.

- Em um outro momento será definido o espaço e a prioridade dos relatos fora do corte do agente.